



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS ERECHIM

CURSO LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ALICE FRANCESCON

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL

ERECHIM

2019

ALICE FRANCESCON

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof. Dr^a Isabel Rosa Gritti

ERECHIM

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Francescon, Alice

História da Educação no Município de Entre Rios do Sul / Alice Francescon. -- 2019.

67 f.:il.

Orientadora: Professora Doutora Isabel Rosa

Gritti. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação) -

Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História•Licenciatura, Erechim, RS, 2019.

1. História da Educação . 2. Município de Entre Rios do Sul. 3. A Educação no Município de Entre Rios do Sul. I. Gritti, Isabel Rossa, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ALICE FRANCESCON

“HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL/RS”

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Isabel Rosa Gritti

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 17/12/2019.

Banca examinadora:


Prof. Dr. Isabel Rosa Gritti


Prof. Dr. Halferd Carlos Ribeiro Júnior


Ma. Viviane Marmentini Ascari

“Creio na educação que, quando libertadora, é caminho de transformação para a construção de uma nova sociedade”. (KOLLING, NÉRY, MOLINA. 1999. p. 75)

RESUMO

O presente trabalho discute a história da educação no município de Entre Rios do Sul, com ênfase na educação rural, da construção ao fechamento das escolas municipais em localidades interioranas. Para entender tal processo, voltou-se no tempo e na legislação a fim da identificação de avanços e recuos ao longo deste período. Para tanto abordou-se fatores sociais e econômicos dando especial atenção à chegada dos primeiros colonizadores, à inauguração da Usina Hidrelétrica do Rio Passo Fundo, à emancipação político-administrativa do município e dados numéricos mais recentes. A pesquisa baseou-se nas 14 escolas rurais que existiam no território municipal durante a década de 1990 e, através dela, percebeu-se que, com o êxodo rural, apenas uma ainda exerce suas atividades tendo sido as demais, fechadas no decorrer dos anos. Além da leitura de diversos livros com foco em educação, foram realizadas pesquisas no Jornal A Voz da Serra, do município de Erechim, além das atas finais e documentos das escolas que estão arquivados na Secretaria de Educação de Entre Rios do Sul.

Palavras-chave: História. Educação. Município de Entre Rios do Sul.

ABSTRACT

This paper discusses the history of education in the municipality of Entre Rios do Sul, with emphasis on rural education, from the construction to the closure of municipal schools in rural areas. To understand this process, it was formed in time and in the legislation in order to identify advances and setbacks during this period. To this end, social and economic factors were addressed, giving special attention to the arrival of the first settlers, the inauguration of the Rio Passo Fundo Hydroelectric Plant, the political and administrative emancipation of the municipality and more recent numerical data. The research is based on the 14 rural schools that existed in the municipal territory during the 1990s and, through it, it was realized that, with the rural exodus, only one still carries out its activities and the others were closed over the years. In addition to reading several books focused on education, research was carried out in the newspaper A Voz da Serra, in the municipality of Erechim, in the final minutes and documents of the schools that are filed with the Entre Rios do Sul Department of Education.

Keywords: History. Education. Municipality of Entre Rios do Sul.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Localização no Estado do Rio Grande do Sul	30
Fotografia 2 – Usina Hidrelétrica do Rio Passo Fundo.....	32
Fotografia 3 – Vista da UHPF, Município e os rios que o rodeiam.....	37
Fotografia 4 – Bandeira e Brasão do Município de Entre Rios do Sul.....	38
Fotografia 5 – Municípios associados a AMAU.....	40
Fotografia 6 – Escola Estadual de Educação Básica Barragem do Rio Passo Fundo	46
Fotografia 7 – Escolas Municipais de 1970 até 2019.....	49
Fotografia 8 – Escola Municipal Jorge Amado.....	55
Fotografia 9 – Escola Municipal Cândido Rondon.....	56
Fotografia 10 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Cândido Portinari.....	57
Fotografia 11 – Escola Municipal de Educação Infantil Risinho.....	57
Fotografia 12 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Réus.....	58
Fotografia 13 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Gomes.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1 – População em idade escolar que não frequenta a escola em 1964.....	24
Gráfico 2 – Geração Líquida Anual UHPF.....	33
Gráfico 3 – Evolução do IDHM.....	41
Gráfico 4 – IDHM Educação.....	43
Gráfico 5 – Números de Escolas Municipais de 1970 a 2018.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Masculina e Feminina.....	40
Tabela 2 – População Rural e Urbana.....	40
Tabela 3 – Faixa Etária da População.....	42

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ADECOVA	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Vila Alegre
AMAU	Associação dos Municípios do Alto Uruguai
ANA	Agência Nacional das Águas
ANDE	Associação Nacional de Educação
ANPEd	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
CBES	Conferências Brasileiras de Educação
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CFUHR	Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos
COG	Centro de Operação de Geração
DNOS	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A
ELETROSUL	Centrais Elétricas do Sul do Brasil
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	Jewish Colonization Association
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

LDBEN ou LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MMA Ministério de Minas e Energia

MME Ministério de Minas e Energia

PCNs Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE Plano Nacional de Educação

SAEB Sistema de Avaliação da Educação Básica

UHPF Usina Hidrelétrica do Rio Passo Fundo

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
2	A EDUCAÇÃO COMO PARTE INTEGRANTE DA HISTÓRIA.....	15
2.1	CONTEXTO HISTÓRICO.....	15
2.1.1	Educação da década de 1920 até o Governo Provisório	17
2.1.2	Educação do Estado Novo e a década de 1950	20
2.1.3	Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e Ditadura Militar	23
2.1.4	Período pós ditadura.....	26
3	O MUNICÍPIO.....	29
3.1	PRIMEIROS PASSOS.....	29
3.2	A EMANCIPAÇÃO.....	35
3.3	O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL.....	38
4	EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL	45
4.1	A EDUCAÇÃO ESTADUAL.....	45
4.2	A EDUCAÇÃO MUNICIPAL	46
4.2.1	Aspectos peculiares das escolas municipais.....	50
4.2.2	O Fechamento das escolas	54
4.2.3	Restam apenas três.....	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS.....	62

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação brasileira passou por vários avanços e retrocessos com o passar dos anos, sofridos pelos diversos modos de governos pelos quais atravessou. A educação rural, em especial, teve sua fase de grande visibilidade e direcionamento de verbas, assim como políticas de fechamento e unificação.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal da Fronteira Sul, teve por objetivo conhecer e explorar a história da educação em um contexto geral, além de questões econômicas, sociais e culturais do Município de Entre Rios do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, encerrando com a história da educação do município.

O interesse para escrever sobre o tema da educação surgiu pelas construções que estão localizadas no interior do território municipal, que despertavam curiosidade sobre qual seu papel. A surpresa em descobrir que eram escolas levou a realização da pesquisa. O trabalho foi dividido em três partes: na primeira foi apresentado um panorama da educação brasileira desde a chegada dos portugueses em território nacional, bem como as diversas mudanças que ocorreram no Brasil ao tornar-se República.

Já na segunda parte foi exibida a história do Município de Entre Rios do Sul no início de sua colonização, a construção da Usina e a conseqüente chegada de grande quantidade de funcionários, o processo realizado pela comunidade para a emancipação do município, até os dados mais atuais encontrados sobre tal.

A terceira e última parte abordou a educação no território do município de Entre Rios do Sul. É composta por uma escola estadual em funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno, sendo a única a oferecer o ensino médio, e três escolas municipais, duas na área urbana e uma na rural, número bem inferior as 14 que exerciam suas funções em meados de 1990. Neste capítulo foram tratados ainda alguns aspectos de cada escola e os motivos para o fechamento da maioria delas.

Para a elaboração deste trabalho, além da leitura de vários livros, foram utilizadas reportagens que se encontram no Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font, localizado no município de Erechim, além de documentos da Câmara Municipal de Entre Rios do Sul e São Valentim, município ao qual a localidade tratada foi distrito até a emancipação.

Mereceram leitura e estudo também atas finais de todas as escolas, registros estes que se encontram na Secretaria Municipal de Educação de Entre Rios do Sul, além dos encontrados nas escolas que ainda estão ativas. Dados estatísticos, tanto presentes em livros, quanto os disponibilizados via internet, como censos escolares, censos de populações e dados do Atlas de Desenvolvimento Humano também foram resgatados. A delimitação temporal deste trabalho iniciou ainda em 1959, com a chegada dos primeiros colonizadores e famílias no território de Entre Rios do Sul, até o ano corrente de 2019.

2 A EDUCAÇÃO COMO PARTE INTEGRANTE DA HISTÓRIA

Este capítulo tem por objetivo tratar da educação como ponto principal ao longo da história, suas diversas mudanças, evoluções e regressões pelas quais passou, parafraseando Platão: “fomos levados, pelo vento dos discursos, lá onde a história da educação brasileira revela suas promessas e sonhos, mas sobretudo suas derrotas e lutas”¹.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A palavra educação é derivada do latim *educere* e *educare*. A primeira significa conduzir e dirigir externamente, a segunda indica sustentação, alimentação e criação, no contexto de que “o sentido comum é de “instruir” e “ensinar”, mas com conotações distintas que já indicam posturas pedagógicas diferentes”². Essas duas derivações apresentam dois caminhos: um seria o ensino com base em regras exteriores e o outro para incentivar a forjar suas próprias regras.

Com a chegada dos portugueses em terras brasileiras “o ensino do ler e do escrever aos adultos indígenas, ao lado da catequese, constituiu uma das ações prioritárias no interior do projeto de colonização”³. Nesse período a educação, mesmo que com interesses mascarados, já tratava de assuntos e problemas que seriam enfrentados futuramente, como a educação para a população adulta e rural.

Em 1810, os primeiros livros didáticos foram lançados pela Imprensa Régia, primeira editora do Brasil, abrindo as portas para edições brasileiras, já que a maioria tinha origem na Europa. Mesmo assim, até 1880 continuaram sendo importados. Com papel relevante, os livros e cartilhas passaram a construir “[...] a ideia de pátria moderna e civilizada, ou seja, conteúdos que combinaram temas patrióticos, regras de civilidade e índices de modernidade e progresso”⁴.

¹ BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A Educação Negada: Introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 199.

² JÚNIOR, Paulo Ghiraldelli. **História da Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 13.

³ STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil: Volume III, Século XX**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 258.

⁴ Ibid., p. 107.

Durante a vigência do Império e com o Ato Adicional de 1834, o ensino primário era descentralizado e sobre responsabilidade das províncias. Com a chegada da República, essa descentralização não se alterou⁵, sendo ponto para discussão em momentos e realidades distintas da história, além da dificuldade em decidir quem seria o real responsável pelo ensino.

Problemas nos trâmites políticos e burocráticos não impediram que a imprensa republicana formulasse severas críticas à elite governante da segunda metade do século XIX, que visivelmente desconsiderava os procedimentos necessários para resolver os graves problemas da instrução pública, visto que nem espaços adequados eram previstos para as escolas⁶.

Em parte, nesse período, os países mais desenvolvidos procuraram implantar definitivamente as escolas públicas, universais e gratuitas, tendo o Estado uma tendência de agir como um educador⁷. Mesmo assim, com a República e a primeira Constituição em 1891, segundo Stephanou e Bastos, os analfabetos estavam proibidos de votar, embora essa população somava-se 80%, conforme o censo realizado em 1891⁸. A partir da constituição e consolidação do Estado Nacional não houve batalhadores para com a causa educacional⁹.

Começou-se a correlacionar a educação e as classes sociais como distinções para se ter acesso ao ensino, “a hierarquia se transforma em padrão social: cada agente é definido por seu papel produtivo ou reprodutivo, e não como ser social”¹⁰. O analfabeto continuava a ser visto como improdutivo, degenerado, viciado, servil e incapaz, tornando-se, assim, um necessitado da ajuda de elites para sair dessa situação, para a elite, a possibilidade da alfabetização foi considerada perigosa, pois não se teria mais o controle da massa populacional¹¹.

[...] a forma como evolui a economia interfere na evolução da organização do ensino, já que o sistema econômico pode ou não criar uma demanda de recursos humanos que devem ser preparados pela escola. [...] A herança cultural influi sobre os valores e as escolhas da população que procura a escola. Os objetivos perseguidos na escola por essa demanda social de

⁵ STEPHANOU. BASTOS, op. cit., p.29.

⁶ Ibid., p. 68.

⁷ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: 1930/1973**. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 62.

⁸ Ibid., p. 262.

⁹ SAVIANI, Dermeval et al. **Desenvolvimento e Educação na América Latina**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983. p. 13.

¹⁰ Ibid., p. 79.

¹¹ STEPHANOU. BASTOS, op. cit., p. 264.

educação estão diretamente relacionados com o conteúdo que a escola passa a oferecer¹².

2.1.1 Educação da década de 1920 até o Governo Provisório

Ainda sobre a participação da educação em diferentes períodos históricos, em 1924 desenvolvia-se o processo para criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), com a participação de grandes nomes como Heitor Lira, José Augusto, Antônio Carneiro Leão, Venâncio Filho, Everardo Backeuser, Edgar Sússekind de Mendonça e Delgado de Carvalho¹³. Eles “[...] pretendiam sensibilizar o poder público e a classe dos educadores para os problemas mais cruciantes da educação nacional e a necessidade urgente de se tomarem medidas concretas”¹⁴.

Nesse momento percebe-se também o crescimento da população do setor médio, entre eles “funcionários públicos, empregados de comércio, as chamadas classes liberais e intelectuais e, por fim, os militares [...]”¹⁵. Em relação a dados estáticos nesse período a população de 5 a 19 anos era de 12.703.077. Destes, 1.033.421 tinham a matrícula ativa no ensino primário e a taxa de escolarização era de 8,99%¹⁶. Já a população total de brasileiros frequentando a escola em 1923 era de 32.734.642 para 22.922 unidades escolares.

Na década de 1930, que foi marcada pela queda de oligarquias rurais do poder e derrubada do governo do Presidente Washington Luiz por um movimento armado, “[...] a crise se acentuou quando a política econômica do governo, que visava proteger os preços do café no mercado internacional, já não pôde ser sustentada [...]”¹⁷, criando a possibilidade de um outro modelo ser implantado.

Houve também a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, através do decreto nº 19.444 de 1930, sendo responsável pelas áreas de Ensino, Saúde Pública, Medicina Experimental e Assistência Pública.

¹² ROMANELLI, op. cit., p. 14.

¹³ ROMANELLI, op.cit., p. 130.

¹⁴ Ibid., p. 130.

¹⁵ RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 21. ed. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2010. p. 73.

¹⁶ ROMANELLI, op. cit., p. 68.

¹⁷ Ibid., p. 49.

Foram realizados diversos congressos e conferências para debater princípios que orientassem como deveria seguir a educação nacional, havendo duas bases a se conflitarem: a educação já tradicional, “[...] representada pelos educadores católicos, que defendiam a educação subordinada à doutrina religiosa (católica) [...]”¹⁸, além de ser diferenciada para sexo masculino e feminino; e outra representando ideias novas, “[...] defendiam a laicidade, a coeducação, a gratuidade, a responsabilidade pública em educação etc.”¹⁹.

Grosso modo, trata-se de um grande momento educacional em que se começam a negar formas arcaicas e persistentes do ensino e se propõe uma modernização da administração, dos conteúdos e dos métodos escolares, no esteio, aliás, de um processo de modernização geral da sociedade brasileira²⁰.

Em 1932, o total da população chegou a 39.152.523 e as unidades escolares somavam 29.948. Em comparação aos dados de 1923, o número de habitantes e as unidades escolares aumentaram em uma mesma proporção. Em relação às matrículas realizadas, no ano de 1932, na zona rural, chegaram a 961.797 e na zona urbana 1.109.640, somando 67% da população total. “Se realmente se quiser produzir uma sociedade modificada, transformada, tem que ser via educação, via escola [...]”²¹.

Ainda em 1932 conforme Stephanou e Bastos foi criado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova²², estabelecendo a escola tradicional como privilégio de quem tinha uma melhor condição econômica e social, e a escola socializada reconhecendo todos os indivíduos com direito a educação e a frequentar uma escola, independentemente de sua classe²³.

Entre o período independentista e a vinculação da economia em território latino-americano priorizou-se a criação do Estado, “processo que será acompanhado pela exclusão das massas populares das decisões políticas, fenômenos estes que explicam de alguma maneira a baixa prioridade atribuída à educação”²⁴. Chegamos

¹⁸ RIBEIRO, op. cit., p. 84.

¹⁹ Ibid., p. 84.

²⁰ BUFFA. NOSELLA, op. cit., p. 59.

²¹ Ibid., p. 75.

²² STEPHANOU. BASTOS, op. cit., p. 31.

²³ JÚNIOR, op. cit., p. 43.

²⁴ SAVIANI, et al, op. cit., p. 28.

então ao ponto em que a educação sofre mais uma concorrência, entre o estudo popular para todos e o que só é permitido ao socialmente privilegiado.

Portanto, a educação popular foi castrada. Estabeleceu-se uma política sistemática de circunscrever o mundo das escolas às elites das classes dominantes e de excluir a massa da população da escolaridade obrigatória, mera exigência constitucional²⁵.

No ano de 1934, através do artigo número 152 da Constituição deste mesmo ano, é criado o Conselho Nacional e Estadual de Educação, determinando a aplicação mínima de 10% do total arrecadado dos impostos pelos municípios e 20% para os Estados a serem destinadas à manutenção e ampliação da educação²⁶. Tal assunto fixou-se dentro do capítulo sobre a educação e cultura da Constituição do ano supracitado, o qual mencionava: “garantia a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário integral, assegurava a ideia da “tendência à gratuidade do ensino ulterior ao primário” ”²⁷.

Paulo Ghiraldelli Júnior ressalta a obrigatoriedade dos 10% a partir dos impostos da União para manutenção da educação. “Pode-se dizer, portanto, que, em relação a educação a primeira constituição republicana, a de 1891, a educação associada às ideias democráticas foram melhor acolhidas na Carta Magna de 1934”²⁸.

Na justificativa presente na Carta fica claro que a educação deveria ser democrática, leiga, geral, gratuita, pretendendo oferecer a toda a população oportunidades educacionais independentes de suas capacidades, formar integralmente o homem e cidadão, além de não haver distinções social, religiosas, econômicas e doutrinárias²⁹.

Cabe aqui ainda mencionar para fins de análise, que em 1936, houve crescimento populacional, porém não de unidades escolares como até então vinha ocorrendo. A população era de 42.395.151 habitantes enquanto o número de escolas permanecia o mesmo de 1932.

²⁵ BUFFA. NOSELLA, op. cit., p. 11-12

²⁶ RIBEIRO, op. cit., p. 89.

²⁷ JÚNIOR, op. cit., p. 76.

²⁸ Ibid., p. 76

²⁹ Ibid., p. 73.

2.1.2 Educação do Estado Novo e a década de 1950

No ano de 1937, uma nova Constituição aprovada revogou a “vinculação de impostos para o financiamento da educação, restringiu a liberdade de pensamento, colocou o Estado como subsidiário da família e do segmento privado na oferta de educação popular”³⁰.

No campo da educação alguns princípios foram mantidos e com ênfase para o trabalho manual, “mantém a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, instituindo, em caráter obrigatório, o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias [...]”³¹. O Estado ficaria sem a responsabilidade pela educação tendo apenas papel secundário, ao contrário do estabelecido em 1934.

A Carta de 1937 não estava interessada em determinar ao Estado tarefas no sentido de fornecer à população uma educação geral através de uma rede de ensino público e gratuito. A intenção da Carta de 1937 era manter, e talvez aprofundar, um explícito dualismo educacional: os ricos proveriam seus estudos através do sistema público ou particular e os pobres, sem usufruir desse sistema, deveriam ter como destino as escolas profissionais ou, se quisessem insistir em se manter em escolas propedêuticas a um grau mais elevado, teriam de contar com a boa vontade dos ricos para com as “caixas escolares”³².

O fator social e econômico influenciou diretamente nas oportunidades de acesso à educação. Havia normas aparentes em alguns termos das leis que garantiriam a igualdade e neutralidade na educação, mesmo assim diversos alunos ficaram excluídos do acesso à escola e ao ensino. “Nem todos os grupos sociais têm acesso à educação e muito menos ainda conseguem terminar o ciclo básico e o médio, mas não se percebe que isto provoque conflitos sociais”³³.

Na realidade, o sistema educacional é congruente com a distribuição de renda e com as características do poder. Aos 10% mais ricos – que retêm entre 40% e 50% da renda – correspondem os benefícios reais da educação. Somente para este setor existe um sistema educacional; para o resto destinam-se fragmentos aprendizagens variadas e diversos níveis de capacitação³⁴.

³⁰ STEPHANOU. BASTOS, op. cit., p. 23.

³¹ RIBEIRO, op. cit., 98.

³² Ibid., p. 79.

³³ SAVIANI, et al, op. cit., p. 64.

³⁴ Ibid., p. 72.

Não interessava oferecer educação geral a toda população, gratuita e pública, mas sim explicitar o dualismo educacional. Conforme o Paulo Ghirardelli Júnior, “os ricos proveriam seus estudos através de uma rede de ensino público ou particular e os pobres, sem usufruir desse sistema, deveriam ter como destino as escolas profissionais”³⁵.

Sobre o decreto-lei nº 1.545 criado em 1939, “o Conselho Nacional incumbiu o Ministério da Educação e Saúde Pública da promoção e criação de escolas, da subvenção das escolas primárias de núcleos coloniais e do favorecimento às escolas primárias e secundárias [...]”³⁶. Os Estados federais tornam-se responsáveis e asseguram que as escolas existentes devam funcionar a cargo dos estados e municípios.

Apesar de todas as mudanças ocorridas na educação e nos diversos modelos econômicos que passaram ao longo desse período, “a influência norte-americana na educação brasileira continuou a existir, mesmo porque as relações de dependência entre países são fundamentalmente determinadas pelas relações econômicas”³⁷.

Um ano depois, em 1940, a população de 5 a 19 anos somavam 15.530.819 pessoas, 3.068.269 matrículas, uma taxa de escolarização 21,43%, o crescimento da população de 122,26 e 291,28 o índice de crescimento de matrículas. A população nesse mesmo ano chegou a 28.356.163 pessoas na zona rural (68,76%) e na zona urbana 12.880.182 (31,24%), num total de 41.236.315³⁸.

As matrículas na escola primária chegaram a 1.185.770 na zona rural e 1.882.445 na zona urbana, chegando a um total de 3.068.215, aumentando consideravelmente em relação ao ano de 1932³⁹. Em 1942, com a reforma educacional e a implantação das leis orgânicas propostas por Capanema, houve um desdobramento do ensino primário.

O ensino primário foi desdobrado em Ensino Primário Fundamental, de quatro anos, destinado a crianças entre 7 e 12 anos, e Ensino Supletivo de

³⁵ JÚNIOR, op. cit., p. 79.

³⁶ STEPHANOU. BASTOS, op. cit., p. 44

³⁷ Ibid., p. 141.

³⁸ ROMANELLI, op. cit., p. 68 e 75.

³⁹ Ibid., p.79

dois anos, que se destina a adolescentes e adultos que não haviam tido a oportunidade de frequentar a escola na idade adequada⁴⁰.

Se deixava clara a divisão de classes separando os alunos pelas chances que teriam no futuro, “o ensino secundário foi apresentado com um currículo extenso, com intenções de proporcionar cultura geral de base humanística, e, além disso, fornecer aos adolescentes um ensino patriótico e nacionalista”⁴¹, formando, assim, apenas pessoas e profissionais que o desenvolvimento exigia e que as classes sociais permitissem.

O tipo de escola que passou a expandir-se foi o mesmo que até então educara as elites e essa expansão, obedecendo, como já se disse, às pressões da demanda e controlada pelas elites, jamais ocorreu de forma que tornasse universal e gratuita a escola elementar e adequado e suficiente o ensino médio superior⁴².

Já a Constituição de 1946 estabeleceu que a legislação sobre as diretrizes e bases da educação deveria ser responsabilidade da União presente no artigo 5, item XV, letra “d”. Além disso, no capítulo II do Título VI, foram propostos requisitos mínimos para a aprovação dessas diretrizes⁴³. O sonho para uma educação seria um sistema que estabelecesse a educação integral, independente de sexo e que levasse em consideração as aptidões naturais de cada aluno, além de ser gratuita e obrigatória em todos os graus⁴⁴.

No Congresso Nacional tramitava a formulação para a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no governo do General Eurico Gaspar Dutra. Formou-se então uma comissão orientada pelo Ministro da Educação Clemente Mariani, para a elaboração de um projeto para esse tema⁴⁵. A LDBEN só foi aprovada em 1961.

Em relação ao ensino supletivo, mesmo já sendo previsto na Lei Orgânica do ensino primário de 1946, somente em 1947 foi que o governo brasileiro lançou pela primeira vez, uma campanha de âmbito nacional visando alfabetizar a população,

⁴⁰ STEPHANOU. BASTOS, op. cit., p. 32.

⁴¹ JÚNIOR, op. cit., p. 84.

⁴² ROMANELLI, op. cit., p. 65

⁴³ Ibid., p. 175.

⁴⁴ RIBEIRO, op. cit., p. 82

⁴⁵ JÚNIOR, op. cit., p.90

sendo que em 1950 o índice de analfabetos com 15 anos ou mais estavam em 50,5%, ou seja, 15.272.632 pessoas.

A prática de uma educação excludente, levada a efeito durante muitas décadas, resultou no acúmulo de um grande contingente de analfabetos e em uma taxa média de escolarização não condizente com os direitos das crianças e dos jovens e consequentemente, abaixo do desejável para o desenvolvimento do país⁴⁶.

Das 4.366.792 matrículas no ensino primário, 1.876.057 eram na zona rural e 2.488.795 na zona urbana, sendo que o total da população era de 51.944.397. Na zona rural viviam 33.161.506 habitantes (63,84%) e na zona urbana 18.782.891 (36,16%). Mesmo a população rural sendo maior que a população urbana as matrículas nas cidades continuavam a ser maiores.

A década de 1960 se inicia com a discussão para aprovação da LDBEN, num contexto em que o total da população era de 70.992.343 habitantes, na zona rural 38.987.526 (54,91%) e na zona urbana 32.004.817 (45,09%) pessoas. Destes 25.877.611 possuíam entre 5 e 19 anos. Havia 7.458.002 matrículas no ensino primário, sendo 2.962.707 na zona rural e 4.495.295 na área urbana. É visível mais uma vez que, que como em 1950, a população rural é maior, porém, com menor número de matrículas.

2.1.3 Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e Ditadura Militar

A primeira LDB foi aprovada em 20 de dezembro de 1961, pelo então presidente João Goulart, teve treze anos de debates para então chegar à sua versão final aprovada.

Conhecida como Lei 4.024/61, a nossa primeira LDB garantiu igualdade de tratamento por parte do Poder Público para os estabelecimentos oficiais e os particulares, o que garantia que as verbas públicas poderiam, inexoravelmente, ser carreadas para a rede particular de ensino em todos os graus⁴⁷.

⁴⁶ LIMA. José Fernandes de (org). **Educação Municipal de Qualidade: Princípios de Gestão Estratégica para Secretários e Equipes**. São Paulo: Moderna, 2014. p. 19.

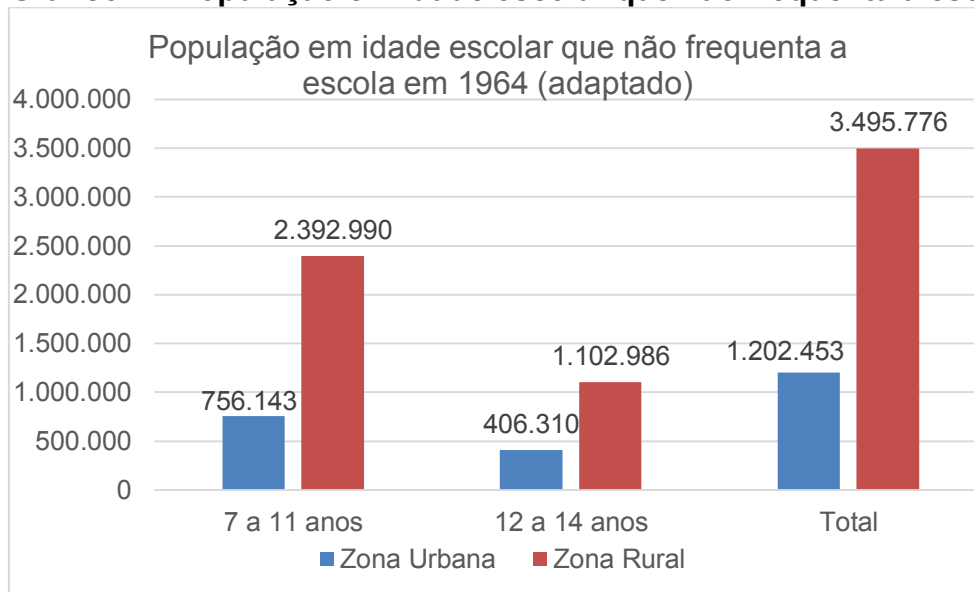
⁴⁷ JÚNIOR, op. cit., p.98.

A aprovação da Lei oportunizou para a sociedade brasileira “organizar seu sistema de ensino, pelo menos em seu aspecto formal, de acordo com o que reivindicava o momento, em termos de desenvolvimento”⁴⁸.

Se a prática da alfabetização desenvolvida pelos movimentos de educação e cultura popular estava vinculada à problematização e conscientização da população sobre a realidade vivida e o educando era considerado participante ativo no processo de transformação dessa mesma realidade, com o Golpe Militar de 1964, a alfabetização se restringe, em muitos casos, a um exercício de aprender a “desenhar o nome”.⁴⁹

Pode-se observar, a seguir, no Gráfico 1, um quadro adaptado do livro História da Educação no Brasil dos anos de 1930 até 1973, da autora Otaíza de Oliveira Romanelli, onde aparecem em dados numéricos a população em idade escolar, mas que não frequenta a escola no ano de 1964⁵⁰.

Gráfico 1 - População em idade escolar que não frequenta a escola em 1964



Fonte: História da Educação no Brasil dos anos de 1930 até 1973, da autora Otaíza de Oliveira Romanelli

Os dados apontam que grande parte da população rural está fora das escolas. Mesmo com a predominância do setor agrícola na produção do país, havia a “escassa demanda social de educação”⁵¹ nesse setor.

A expansão econômica parecia criar, cada vez mais, uma demanda de recursos humanos que não foram oferecidas pela escola. A defasagem que

⁴⁸ ROMANELLI, op. cit., p. 190.

⁴⁹ STEPHANOU. BASTOS, op. cit. p. 270.

⁵⁰ ROMANELLI, op. cit., p.86.

⁵¹ Ibid., p. 63

procuramos demonstrar e que se acentua entre educação e desenvolvimento era a que não só marginalizava boa parte da população como também não correspondia, ou pelo menos não parecia corresponder, graças à manutenção de um modelo antigo de educação, às necessidades da expansão econômica⁵².

O período de Ditadura Militar durou 21 anos, tendo em vista que iniciou em 31 de março de 1964 com a deposição de João Goulart e terminou em janeiro de 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney. Durante esse tempo foram formulados planos educacionais com planejamentos elaborados de maneira generalizada, sem levar em consideração as diferentes características de cada região.

Entre 1966 e 1970, as matrículas chegaram a um total de 1.742.274 no ensino primário. Na 1ª série de 66/67, houve a evasão de 1.077.731 alunos. Na 2ª série de 67/68, 267.062 estudantes. Na 3ª série em 68/69, 254.192 matriculados e na 4ª série em 69/70, 143.289⁵³. Em relação a 1970, a população total do Brasil chegou a 94.508.554 habitantes, destes 41.603.810 na zona rural e 52.904.744 na zona urbana, começando assim a mudar as características da população: maior número nas cidades e menor nos campos.

O modelo instituído na área da educação representava o excessivo grau de centralismo administrativo; a rigidez hierárquica de papéis nos sistemas de ensino, o superdimensionamento de estruturas centrais e intermediárias, com o conseqüente enfraquecimento da autonomia da escola como unidade de ponta do sistema; a separação entre planejamento e execução das atividades educacionais e a exclusão dos agentes das atividades educacionais dos processos decisórios⁵⁴.

As matrículas na escola primária no ano de 1970 foram de 12.812.029 no total, 4.749.609 na zona rural e 8.062.420 na zona urbana. O índice de analfabetismo era de 33,6% ou 18.146.977 pessoas. Após o projeto de lei nº 5.540/68, “o país passava pela época de euforia da classe média com o “milagre

⁵² ROMANELLI. op. cit., p. 267.

⁵³ Ibid., p. 99

⁵⁴ BORGES, Marisa. **A Política Educacional nos anos de 1980 e 1990: Qual a proposta de democratização da gestão escolar?** 2012. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdespesquisa/article/view/2714/1935>>. Acesso em: 05 set. 2019.

econômico”, ao mesmo tempo que o presidente general Garrastuzu Médici incentivava o terror militar e paramilitar”⁵⁵.

Após 1964, a redefinição do processo político e do modelo econômico criou, em princípio, condições para o agravamento da crise no setor educacional, então desfavorecido de ambos os lados (do setor político e, até certo ponto, do setor econômico), mas já contando com certo grau de politização de estudantes e professores⁵⁶.

Durante a década de 1970, houve um grande processo para a democratização do Brasil e também pelo fim da ditadura. Na área da educação “reivindicavam o fim das concepções técnico-burocráticas da administração escolar e a especificidade do trabalho na escola”⁵⁷. Várias entidades em prol da Educação já existiam nesse período entre elas: a Associação Nacional de Educação (ANDE), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), sendo responsáveis pela organização das Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), das quais a primeira foi realizada em 1980. Outras ocorreram em anos seguintes.

Em uma dessas conferências no ano de 1986 em Goiânia, propôs-se:

Obrigatoriedade do ensino fundamental de 8 anos; tempo de permanência (horas) da criança na escola; obrigação do Estado em oferecer vagas às crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas; atendimento educacional a crianças com deficiência, a partir de 0 anos em todos os níveis de ensino, ensino fundamental obrigatório para jovens e adultos⁵⁸.

2.1.4 Período pós ditadura

Entre 1985 e 2002, quatro presidentes foram responsáveis por comandar o Brasil. Com o fim da ditadura surgiu a necessidade de implantação de uma nova Constituição Nacional com a participação dos movimentos sociais. Em 1988 foi aprovada a Constituição Federal, bem como a vontade de se adotar um Plano Nacional de Educação (PNE) nos termos legais da lei, através do artigo 214 dessa constituição.

⁵⁵ JÚNIOR, op. cit., p. 120

⁵⁶ ROMANELLI, op. cit., p. 268.

⁵⁷ PINHEIRO, Camila Mendes; RI, Neusa Maria dal. **Democratização da Educação na década de 1980: O Fórum de Educação na Constituinte e a IV Conferência Brasileira de Educação**. 1986.

Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/8/artigo_simposio_8_7_49_mila_pinheiro_@hotmail.com.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

⁵⁸ Ibid., p.10

Mesmo com o grande passo conquistado com a Constituição Federal de 1988, o fator de desigualdades sociais ainda pesava na educação, ficando distante de um ensino popular e de acesso a todos, “aos filhos e filhas das classes populares, a igualdade de condições e, principalmente, a permanência na escola não se efetivam numa sociedade em que as condições sociais dos diferentes grupos que a compõem são de fato desiguais”⁵⁹.

Em razão disso, a década de 1990 inicia-se com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém- conquistados e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil [...]; de outro, a assunção de Fernando Collor de Melo, na Presidência da República, com um discurso demagógico de defensor dos “descamisados” (os pobres) contra os “marajás” (os ricos) e um projeto de caráter neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reformas do Estado para colocar o país na era da modernidade⁶⁰.

Nesse período as avaliações sobre a educação são negativas, apresentando baixos níveis de aprendizado, segmentação entre as escolas, pouca valorização dos professores, pouca atenção com a educação infantil e de jovens e adultos. Já em termo de conquista foi possível colocar as crianças na escola, na idade de 6 e 11 anos⁶¹.

Além das conquistas e desalinhos, esse momento histórico deixou ainda mais evidente as divergentes classes sociais e o acesso à educação. As pessoas que recebiam maior quantidade de renda possuíam também as maiores chances no campo da educação, ao contrário do que acontecia com os menos favorecidos. As lutas de classes pelos seus direitos tanto educacionais como econômicos passaram a ter mais notoriedade.

A distribuição desigual da riqueza se expressa, por sua vez, na desigualdade educativa da região. A camada que recebe as rendas mais altas tem vantagens significativas em relação às camadas mais baixas,

⁵⁹ SANTOS, José Douglas Alves dos; MELO, Aisha Kaderrah Dantas; LUCIMI, Marizete. Uma Breve Reflexão Retrospectiva da Educação Brasileira (1960-2000): Implicações Contemporâneas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 4, 2012, João Pessoa. **Anais Eletrônicos**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. p. 4352 - 4366. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.23.pdf>. Acesso em: 5 set. 2019.

⁶⁰ KRAWCZYK, Nora. CAMPOS, Maria. HADDAD, Sérgio (orgs). **O Cénario Educacional Latino-americano no limiar do Século XXI: Reforma em Debate**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. p. 96

⁶¹ Ibid. p. 3

tanto em anos de escolaridade como na qualidade da educação que recebem. [...] Assim, nos países em que houve um desenvolvimento tardio dos sistemas públicos de educação e que têm arraigada tradição de exclusão social e educacional, as distâncias entre os extremos da escala são maiores e os grupos de maior renda triplicam a escolarização alcançada pelos de menor renda⁶².

No ano de 1995, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, a privatização da educação ganhou força e um aliado, criando propagandas de programas, como o “Amigos da Escola” e o “Adote um Aluno”, que levavam a responsabilidade da educação para a sociedade civil, retirando-a do Estado. “Em outras palavras, o poder público não apenas acolheu como também facilitou a entrada do ideário empresarial, demonstrando forte inclinação à sua ideologia e contribuindo com o agravamento da desigualdade social”⁶³.

As empresas privadas, com isso, ganhavam o rótulo de instituição filantrópica, “conseguiram dessa maneira “burlar” a lei e obter ainda mais lucro sobre suas ações; visto que além de não pagarem os impostos a que deveriam ser obrigadas, ainda recebem financiamento público [...]”⁶⁴. Em 1996 foi instaurada a Nova LDB sob o número 9.394/96, assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o PNE .

A discussão do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) mantém o tom de defesa do direito à Educação para todos e a promessa de uma gestão educacional que envolvesse e considerasse as propostas das entidades educacionais, as científicas e as da Sociedade civil em busca de um grande pacto nacional que viabilizasse a superação das condições de funcionamento de nossa lamentável educação [...]”⁶⁵.

⁶² Ibid., p. 118.

⁶³ SANTOS. MELO. LUCIMI, op. cit., p. 4359.

⁶⁴ Ibid., p. 4359

⁶⁵ KRAWCZYK. CAMPOS. HADDAD, op. cit., p.97

3 O MUNICÍPIO

O terceiro capítulo deste trabalho pretende abranger os primeiros passos do Município de Entre Rios do Sul, voltados inicialmente para a Construção da Usina Hidrelétrica do Rio Passo Fundo (UHPF). Assim como abranger elementos históricos, econômicos e sociais, completando com os dados mais recentes do local.

3.1 PRIMEIROS PASSOS

O Município de Entre Rios do Sul teve como início de sua colonização, na década de 1950, a compra do Polígono D, da Fazenda Norte de Quatro Irmãos, sendo adquirida pela firma Moysés lochpe & Outros, que fazia parte da antiga ICA - Jewish Colonization Association.

A ICA era responsável por ajudar os Judeus que se encontravam em difícil condição econômica em seu país de origem, para livrar-se das perseguições e reestabelecerem suas vidas em lugares com maiores oportunidades. Este território seria palco para a construção da UHPF, e a partir desta perspectiva começou a se pensar nas instalações que seriam necessárias para a obra, como um loteamento rural e outro urbano.

Em 1959, começaram a aparecer os primeiros colonizadores, a família Dall'Agnol, Brustolin, Correia, Silva, e a firma de Emerlindo Dall'Agnol que com a intenção de atender os funcionários da CEEE [Companhia Estadual de Energia Elétrica], os quais faziam o levantamento topográfico e a sondagem da futura Usina Hidrelétrica do Rio Passo Fundo, bem como atender os colonos que começavam a entrar na área a ser desbravada, se instalou na sede de Vila Alegre⁶⁶.

A princípio, essa área pertencia ao município de São Valentim, distante 28,7 quilômetros, município que foi criado em 17 de fevereiro de 1959, pela Lei Estadual de nº 3. 724. Possuía nesse período 18.900 habitantes, divididos entre a zona urbana e rural, fazendo divisa ao Norte com o município de Nonoai e Estado de Santa Catarina, ao sul com Campinas do Sul e Jacutinga, a leste Barão de Cotegipe e Erval Grande e a oeste Nonoai (**Fotografia 1**).

⁶⁶ Município: Histórico. **Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul**. Disponível em: <www.entreriosdosul.rs.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2019.

Fotografia 1 – Localização no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Entre_Rios_do_Sul.

Na data de 4 de outubro de 1963, pela lei nº 67, o prefeito local, Salin Farret, aprova e sanciona a criação do quarto distrito municipal, sendo chamado de Vila Alegre. Nesta mesma lei ficou determinado os limites do novo distrito, assim como um cargo de subprefeito e crédito rural de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) para suprir as despesas de instalações do funcionalismo administrativo.

Já no ano de 1965, por diferentes opiniões e vantagens desconhecidas, formaram-se no Distrito de Vila Alegre, duas comissões, uma a favor da permanência como integrante de São Valentim e outra pela integração ao Município de Campinas do Sul. Em 25 de julho do corrente ano, foi realizado o plebiscito por voto secreto para saber a qual comuna passaria a integrar.

Conforme matéria do jornal Voz da Serra de 27 de julho, foram instaladas duas urnas, a primeira a ser apurada foi a de nº 17, com 75 eleitores, 15 pró Campinas e 60 pró São Valentim, a segunda urna de nº 15, situada no Colégio

Estadual de Vila Alegre, contava com 367 eleitores, sete não compareceram. Na contagem dos votos foi contado um voto a mais, sendo suspensa a apuração⁶⁷.

Em notícia divulgada pelo jornal no dia 04 de agosto do mesmo ano⁶⁸, aponta que foi realizada nova apuração dos votos na urna de nº 15, resultando em 160 para São Valentim e 200 para Campinas do Sul. Somando o resultado já apresentado na urna nº 17, o resultado final gerou uma diferença de cinco votos, decidindo que Vila Alegre continuaria pertencendo a São Valentim.

No dia 28 de novembro de 1965, através do projeto de lei nº 183, ficou autorizado ao Município de São Valentim contrair empréstimo com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de NCr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos) para pagamento das obras de construção da rede de energia elétrica no Distrito de Vila Alegre.

Em 1966, com a chegada das primeiras máquinas da Construtora Rabello, vencedora da concorrência pública, para a execução do projeto da nova hidrelétrica, surgiram como que de repente levas e mais levas de operários de todos os recantos do Brasil, em busca de trabalho especializado e de mão de obra comum⁶⁹.

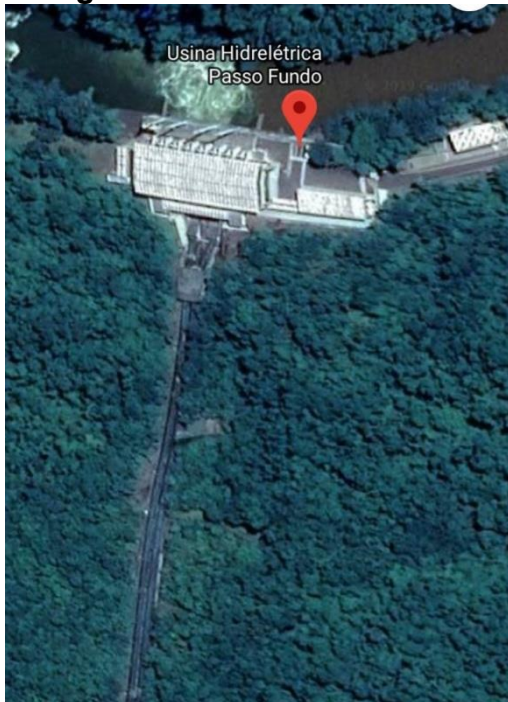
A UHPF (**Fotografia 2**) foi inaugurada no ano de 1973, pertencente ao Plano de Eletrificação do Estado do Rio Grande do Sul. Sua construção deu-se com o convênio firmado entre a CEEE e o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), assegurando um total de 800 milhões de cruzeiros por ano, sendo a Construtora Rabello S. A. responsável pelas primeiras obras deste complexo energético.

⁶⁷ Suspensa a apuração do Plebiscito em Vila Alegre. **A Voz da Serra**, Erechim. n. 69, 27 jul. 1965.

⁶⁸ Vila Alegre continuará em São Valentim. **A Voz da Serra**, Erechim, n. 71, 04 ago. 1965.

⁶⁹ CASALLI, Jairo Antônio. **Passo Fundo**, o rio que virou lago. Passo Fundo: Berthier, 2009. p. 236.

Fotografia 2- Usina Hidrelétrica do Rio Passo Fundo



Fonte: Google Maps.

Os dados técnicos divulgados pelo jornal *A Voz da Serra*, na data de 31 de agosto de 1969⁷⁰, apontam um total acumulado de 1.550.000.000 metros cúbicos regulados por comportas automáticas, além da barragem com 206,40 metros de comprimento, vertedor com 6 comportas, 2 automáticas e 4 com comando direto, obras para adução, casa de máquinas e subestação elevadora.

Em 26 de setembro de 1973, o então presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici e o governador, Euclides Triches fizeram-se presentes na inauguração da Usina, encontrando o prefeito municipal de São Valentim, Antônio Casagrande quando aterrissaram no aeroporto da Barragem, para participar do acionamento oficial do sistema de abastecimento de energia.

O gerenciamento da UHPF inicialmente era da CEEE, passou para as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), para as Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL), depois para a Tractebel Energia Grupo GDF SUEZ, e atualmente pela ENGIE Brasil. A Usina é localizada no Rio Passo Fundo, que tem sua nascente localizada entre os municípios de Passo Fundo e Mato Castelhano,

⁷⁰ Características Gerais da Hidrelétrica. *A Voz da Serra*, Erechim, n. 128, 31 ago. 1969.

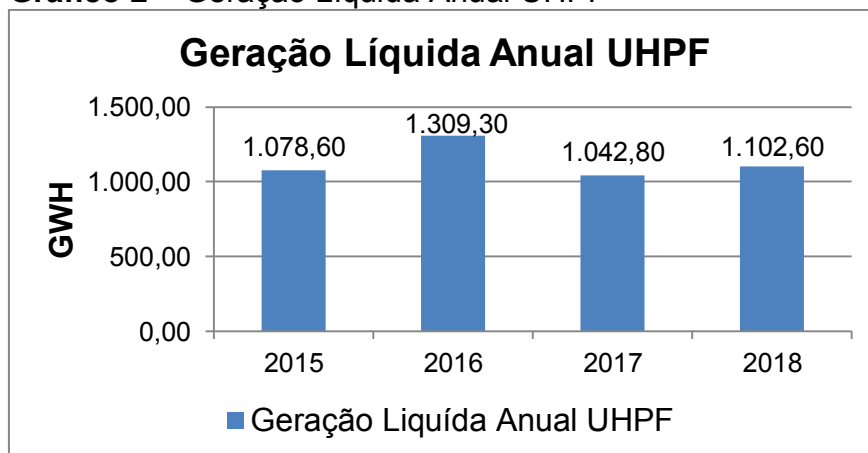
passando por dezessete municípios até tornar-se lago em Ronda Alta chegando finalmente na barragem da Usina.

Atualmente a usina possui um reservatório de acumulação de 151 quilômetros quadrados, duas unidades geradoras com turbinas tipo Francis, com 113 megawatt (MW), totalizando 226 MW de capacidade instalada. Passou no ano de 2002 por uma reforma em seu sistema de supervisão e controle, já em 2013 até 2015 teve suas unidades geradoras modernizadas e após o ano de 2017 passou a ser telecontrolada do Centro de Operação da Geração (COG) em Florianópolis, estado de Santa Catarina.

Conforme informações coletadas no site da UHPF, no dia 25 de março de 2019⁷¹, a geração de energia estava em 218 MW e 49,6% o volume do reservatório. Nos primeiros meses deste mesmo ano, a geração líquida em janeiro foi de 135,3 gigawatt-hora (GWH) e fevereiro, 129,7 GWH, totalizando 265,0 GWH (**Gráfico 2**).

A Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos (CFUHR) é compensada de 7% do valor da energia produzida, sendo 75% destinado a Agência Nacional das Águas (ANA), do restante, são distribuídos para os Estados 45%, aos Municípios 45%, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) 4%, para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) 3% e Ministério de Minas e Energia (MME) 3%.

Gráfico 2 – Geração Líquida Anual UHPF



Fonte: Elaborada pela autora. Dados: site UHPF.

⁷¹ ENTRE RIOS DO SUL. **Usina Hidrelétrica do Rio Passo Fundo**. Disponível em: <www.engie.com.br/complexo-gerador/usinas/usina-hidreletrica-passo-fundo>. Acesso em: 25 mar. 2019.

É possível verificar que a geração de energia anual sofre mudanças no decorrer dos anos apresentados, refletindo na economia municipal que recebe parte do total de energia comercializada tanto no período pertencente a São Valentim, como depois da emancipação. A partir da inauguração e funcionamento da UHPF, o Quarto Distrito de São Valentim começou também a se desenvolver com características a se tornar município.

Em 1987 iniciava-se uma campanha em prol da emancipação, assunto que será tratado no próximo item. Em março do ano seguinte, criou-se a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Vila Alegre (ADECOVA), originária do movimento dos habitantes da comunidade, tendo como objetivo:

- Promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimos;
- Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar, através da integração de seus moradores;
- Proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades econômicas, culturais e desportivas;
- Promover atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas⁷².

A ADECOVA visava o melhoramento das atividades desenvolvidas no campo, assim como o lazer para as famílias, adquirindo bens ou doações, para a execução de trabalhos nas propriedades. Nos primeiros anos a sua ação era na agricultura e em propriedades rurais, passando para atividades culturais, artísticas e ligadas aos direitos sociais, como proprietária do primeiro Centro de Cultura 100 % financiado pela Lei Rouanet em município com menos de cem mil habitantes, inaugurado no ano de 2011.

Esse Centro oferece além de várias atrações, oficinas semanais para as crianças, jovens e adultos com ajuda financeira de projetos municipais, federais e de empresas privadas, como prática para o bem-estar social sendo considerado uma usina de conhecimento. Preocupa-se também com a sustentabilidade para a preservação do meio ambiente e resgata a história do município e vizinhanças. A associação ainda está em constante atuação, tratando-se da mais antiga do município, criada antes mesmo da emancipação do mesmo.

⁷² ENTRE RIOS DO SUL. Associação Comunitária de Vila Alegre. **Estatuto Social Constitutivo da Associação de Desenvolvimento Comunitário**. São Valentim, [s.n], 1988.

3.2 A EMANCIPAÇÃO

O processo de emancipação de Vila Alegre teve início na data de 27 de outubro de 1987, quando a própria população reconhecendo o grande avanço do seu povoado deliberou sobre uma possível emancipação do local. Até esse momento a criação dos municípios era objeto de dispositivo da Constituição Federal, prevendo que deveria haver consultas às populações locais, mínimo de população e renda pública definidos em lei.

Esses requisitos que eram uniformes para todo o País, compreendiam: população estimada [...]; eleitorado não inferior a dez por cento da população; centro urbano já construído, com o mínimo de duzentas casas; e arrecadação mínima de cinco milésimos da receita estadual de impostos, computada no exercício anterior ao processo de emancipação. Comprovado o atendimento a tais exigências, a Assembleia Legislativa do respectivo Estado determinava a realização de plebiscito e, havendo resultado favorável, editava a lei de criação do novo município⁷³.

Na reunião para discussão, após analisar as condições locais, os moradores chegaram à conclusão de que a localidade possuía tais requisitos, formando-se uma comissão emancipadora, composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, além de um Conselho Fiscal. Os participantes chegaram a um total de 150 pessoas, todas da área a ser emancipada e com domicílio eleitoral.

Ficou estabelecido que começassem imediatamente a recolher assinaturas dos residentes favoráveis à emancipação, para encaminhar à Assembleia Estadual. No dia 03 de novembro de 1987, o pedido para emancipação foi redigido e enviado ao então Presidente da Assembleia Deputado Alcir Lorenzon, com todos os anexos e confirmações que eram necessários.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1980, havia no Brasil 3.974 municípios. Deste ano até a promulgação da Constituição de 1988, foram instalados mais 173 municípios novos. No quarto

⁷³ LORENZETTI, Maia Silva Barros. **Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios**. Brasília: Consultoria Legislativa, 2003. p. 3.

Distrito de São Valentim, em outubro de 1987, haviam 2.280 eleitores quites com a Justiça Eleitoral.⁷⁴

O Distrito possuía ainda 810 residências, 09 estabelecimentos industriais, 13 estabelecimentos rurais isolados, 17 estabelecimentos comerciais e 12 estabelecimentos de serviço, com uma população total de 4.731 habitantes. Esses dados pertencem ao Censo de 1980 coletados pelo IBGE. Em fevereiro de 1988 o número de propriedades rurais da área emancipada era de 82 lotes. Além de todo o processo enviado à Assembleia, no dia 10 de abril de 1988 aconteceu a consulta plebiscitária para definição oficial da população contra ou a favor da emancipação.

Conforme a Ata de Proclamação do Resultado do Plebiscito, num total de 2.168 eleitores inscritos, votos SIM foram 1696, votos NÃO 22, BRANCOS total de 13 votos, NULOS total de 9, total de eleitores que votaram 1.740. Sendo vencedora a manifestação a favor da criação do município, a Lei de Criação foi promulgada no dia 09 de maio de 1988, através da lei nº 8.614, assim como seus limites territoriais.

Os limites ficaram assim definidos: a Leste com o município de São Valentim; ao Sul com o município de Campinas do Sul, atualmente com Cruzaltense; a Oeste da confluência do Rio Passo Fundo com o Lajeado Santa Paulina, por eixos imaginários; e ao Norte com o município de Nonoai.

Foi realizada também, uma consulta para decidir o nome do município. Entre os nomes estavam: Entre Rios do Sul, Vila Alegre e Campo Alegre do Sul. Os votos somaram 1226, 249 e 147 respectivamente, além de um nulo e dois brancos. Entre Rios do Sul foi o escolhido pelo motivo da localidade estar entre dois rios, o Rio Passo Fundo e o Rio Erechim (**Fotografia 3**).

⁷⁴ CIOGLINI, Adilar Antonio. CACHATORI, Tiago Luiz. **Análise do processo de criação de municípios no Brasil**. In: Coloquio Internacional de Geocrítica. 12, 2012. Bogotá. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/11-A-Cigolini.pdf> >. Acesso em: 20 de abril de 2019.

Fotografia 3- Vista da UHPF, Município e os rios que o rodeiam



Fonte: Memória do Setor Elétrico na Região Sul, editada pelo autor.

A região está localizada em uma altitude de 600 metros acima do nível do mar, distância aproximada da Capital do Estado, Porto Alegre, de 420 quilômetros e 60 quilômetros da cidade de Erechim. O relevo predominante é o planalto acidentado, com presença de morros e colinas, clima tropical com verões quentes e invernos rigorosos, temperatura média de 18°C e máxima de 38°C.

O relevo conta ainda com campos de terrenos planos ao redor do lago da Barragem que serve para área de lazer, assim como terrenos ao longo do território para agricultura mecanizada e criação de gado. As principais vegetações que se encontram no povoamento são as matas subtropicais e os campos, além do reflorestamento de erva-mate, para encobrir matas derrubadas, outras partes transformando-se em área para cultivo agrícola, como soja, milho e trigo.

O novo município de Entre Rios do Sul constituía-se num importante ponto turístico devido as suas belezas naturais. Contava também com dois colégios de 1º grau incompleto, 11 escolas municipais, um posto de correio, posto de saúde, posto telefônico, Igreja Matriz e cinco capelas, hospital com consultório médico e dentário, sistema de televisão, abastecimento de água, agência da Caixa Econômica

Estadual, grupamento da Polícia Militar com sede própria e sistema de iluminação pública.

Além dos dados já apresentados, a economia do município estava centrada na agricultura baseada na extração vegetal, através da industrialização da madeira, bacia leiteira, produção suinícola e bovina. As informações acima citadas referem-se a um estudo realizado na localidade por uma professora de História, visando descrever e analisar aspectos históricos, geográficos e econômicos daquele período.

No primeiro ano após a emancipação foi realizado um concurso entre os alunos das escolas locais para a escolha da Bandeira e Brasão do município. A escolhida foi do estudante Edson Leandro Tomaselli com a descrição de que a bandeira retangular deveria conter três faixas diagonais com as cores roxo, que representam a terra de Entre Rios do Sul, ladeada pela cor azul, representando os rios que banham o território. O Brasão, criado pelo aluno Ivonir Deoti, representando as riquezas da cidade (**Fotografia 4**).

Fotografia 4- Bandeira e Brasão do Município de Entre Rios do Sul



Fonte: Prefeitura de Entre Rios do Sul.

Além da bandeira e do brasão, através da Lei Municipal nº 1.036 de 11 de março de 2004, ficou autorizada a oficialização da letra e música do Hino do Município. Teve como autores da letra: Cleonir Donzelli da Silva e José Golembieski; e colaboradores: Daniela Wandscheer, Doraci da Silva, Fernando Dal Bianco Vaz, Gláucia Gallina, Marilice Baldi, Mariliza Baldi, Mateus de Souza Branco, Viviane Marmantini. A música teve como autor Leomar Lazarotto.

Destemidos imigrantes
Enfrentaram desafios
Colonizaram terras férteis
Com coragem e com brio
Da semente outrora lançada
Surge um povo vencedor
Que com bravura fé e justiça

Colhe o fruto do seu suor
 Entre-Rios-Sulense povo amigo
 Competente e trabalhador
 O progresso e a prosperidade
 Se refletem no vasto lago azul
 É com orgulho e dignidade
 Que somos filhos de Entre Rios do Sul
 Do teu solo rico, abençoado
 É que colhemos nosso pão
 Semeamos hospitalidade
 Preservando as tradições
 A energia quer provém das águas
 E as riquezas naturais
 Geram a força que une esta gente
 Gloriosa terra dos pinhais
 Quanta beleza, Entre Rios do Sul
 Quem te visita não te esquece mais⁷⁵

3.3 O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL

O município de Entre Rios do Sul, emancipado na data de 05 de maio de 1988, possui 119,912 km², uma população estimada, no ano de 2018, de 2.829 pessoas e densidade demográfica de 25,65 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²). Faz parte do Estado do Rio Grande do Sul, com população estimada de 1.069.329 pessoas, território 281.707,151 km² e densidade demográfica de 37,96 hab/km². Mais especificamente o município está localizado na Microrregião de Erechim, no Noroeste Rio-Grandense, região do Alto Uruguai e associado à Associação de Municípios do Alto Uruguai (AMAU) (**Fotografia 5**).

⁷⁵ Portal de Legislação de Entre Rios do Sul/RS. Lei Municipal nº 1.036, de 13 de março de 2004. **Autoriza a Oficialização da Letra e Música do Hino do Município**. Disponível em: <<https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7471&cdDiploma=20041036&NroLei=1.036&Word=&Word2=>>> . Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

Fotografia 5 – Municípios associados a AMAU



Fonte: <https://www.amau.com.br/site/mapa-abrangencia-amau/>

A população do município no último Censo do IBGE realizado no ano de 2010, contava com 3.080 habitantes. Utilizando os dados coletados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, abaixo expostos (**Tabela 1 e 2**), abrangem a totalidade de habitantes, divisão entre masculino e feminino, além das áreas urbana e rural.

Tabela 1 – População Masculina e Feminina

Ano	Pop. Total	Pop. Masculina	%	Pop. Feminina	%
1991	4041	2027	50,16	2014	49,84
2000	3419	1760	50,42	1731	49,58
2010	3080	1556	50,52	1524	49,48

Fonte: Elaborada pela autora, dados Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Legenda: Pop: População

Tabela 2 – População Rural e Urbana

Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%
1991	4041	1629	40,31	2412	59,69
2000	3419	2069	59,27	1422	40,73
2010	3080	2130	69,16	950	30,84

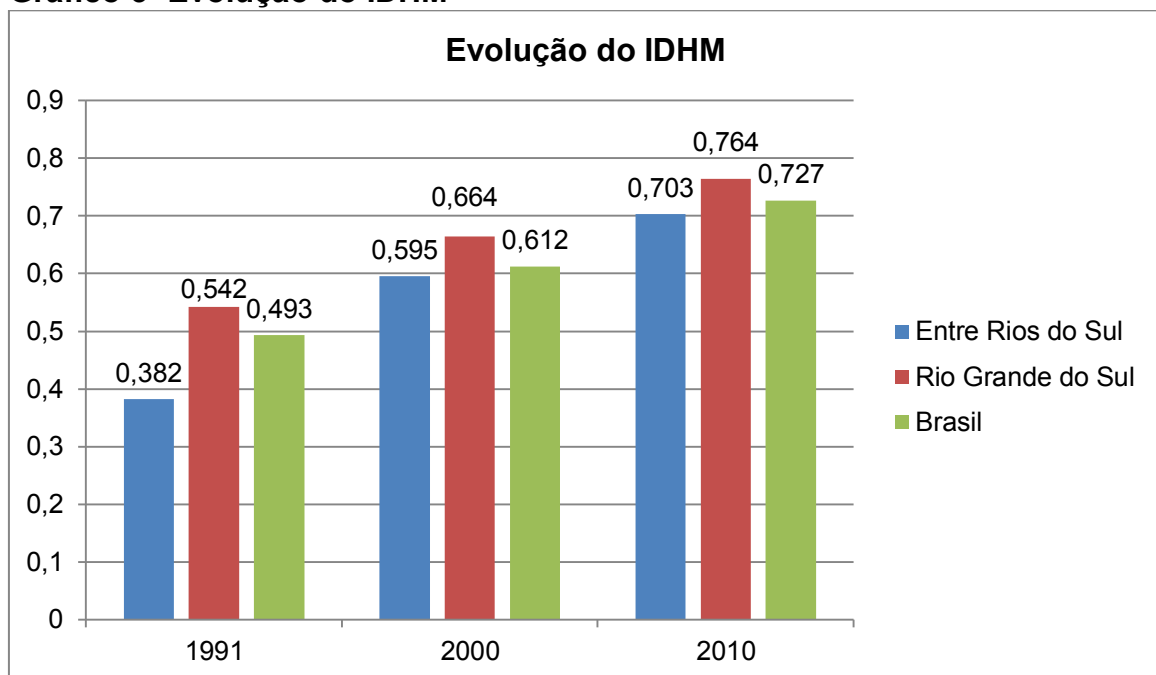
Fonte: Elaborada pela autora, dados Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Legenda: Pop: População

É possível perceber, com os dados das tabelas, que a população diminuiu ao longo desse período, assim como durante a década de 1990, a maioria da população estava no campo. A partir de 2000 os censos mostram que as posições se invertem, maioria populacional na área urbana e minoria rural. Em relação ao sexo das pessoas moradoras do município de Entre Rios do Sul, os índices continuaram com pouca variação entre os anos analisados.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) aumentou após a emancipação. Em 1991 era de 0,382, passou para 0,595 em 2000 e no último censo, em 2010, chegou a 0,703, Foram contados para a realização do Índice: a renda, a longevidade e a educação da população (**Gráfico 3**). Comparando-se o IDHM entre os três anos com o geral do estado e do país, Entre Rios do Sul acompanhou o aumento e desenvolvimento que ocorreu no território nacional.

Gráfico 3- Evolução do IDHM



Fonte: Dados Atlas de Desenvolvimento Humano, elaborado pela autora.

Ainda sobre a população da cidade observa-se na **Tabela 3** os índices relacionados à faixa etária dos habitantes. As maiores concentrações da população nos três períodos analisados estão entre os 15 e 64 anos, por somar-se mais anos em um mesmo índice, assim como os mais jovens e idosos houve uma inversão nas posições: jovens diminuíram e idosos aumentaram. As taxas de envelhecimento da população nos mesmos anos ficaram em 4,08; 5,81 e 13,70 respectivamente.

Tabela 3 – Faixa Etária da População

Ano	Pop. 15 anos	%	Pop. 15 a 64 anos	%	Pop. acima de 65 anos	%
1991	1327	32,86	2549	63,08	165	4,08
2000	1004	28,76	2284	65,43	203	5,81
2010	648	21,04	2010	65,26	422	13,70

Fonte: Elaborada pela autora, dados Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

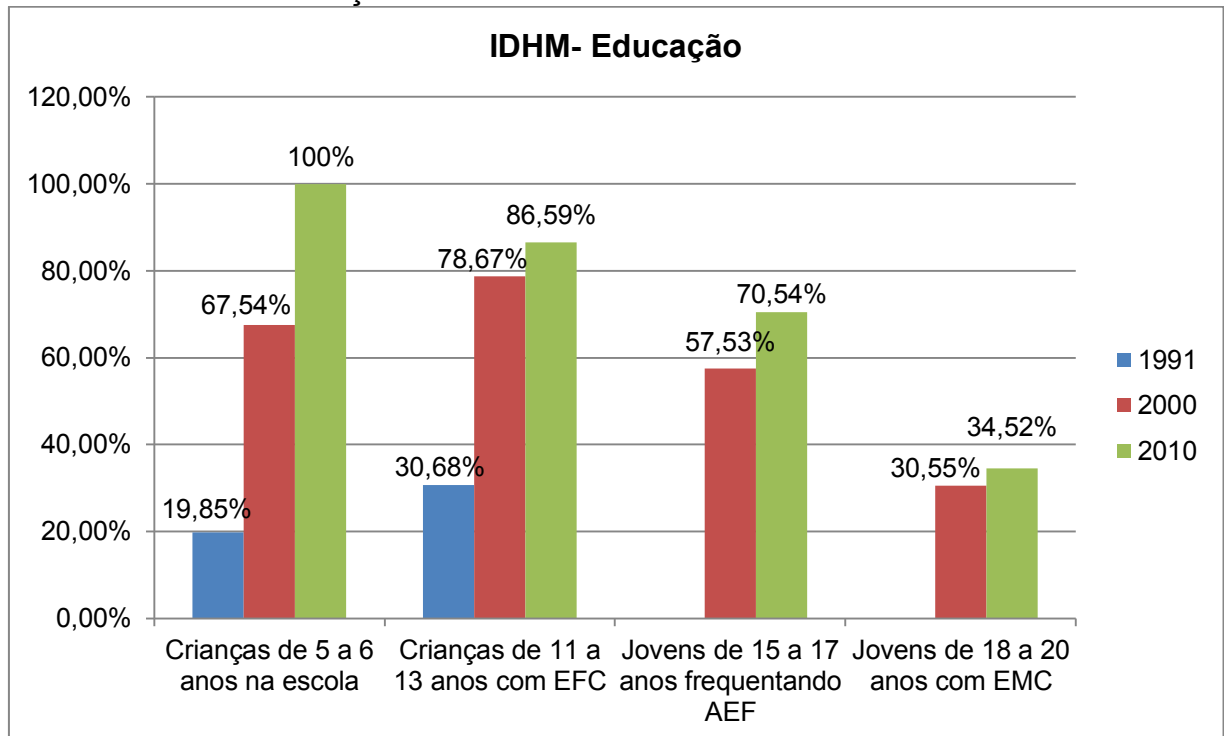
Legenda: Pop: População

Os índices em relação à renda dos municípios cresceram nos três anos analisados. Em 1991 a renda per capita era de R\$ 241,60, em 2000 chegou a R\$ 493,89 e em 2010, o valor era de R\$ 657,86. Os habitantes extremamente pobres diminuíram em grande proporção: em 1991 o percentual era de 36,45%, em 2000 13,60% e no ano de 2010 era 3,53%.

Outro parâmetro analisado é o Índice de Gini que mede o grau de renda, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres, de modo que os números quanto mais perto de 1 são considerados a maior concentração da renda para poucas pessoas, já mais perto de 0 representam uma situação de igualdade das rendas. Esse índice no município passou de 0,64 em 1991 para 0,67 em 2000 e 0,45 em 2010. Interessante observar que o índice sobe em 10 anos e depois diminui consideravelmente.

Em relação à composição populacional com 18 anos de idade ou mais, em 2010 via-se um percentual 67,2% da população era economicamente ativa ocupada, 1,33% economicamente ativa desocupada e 31,05% da população economicamente inativa. Em 2000, as taxas da população ativa eram de 71,04% e de desocupação de 10,87%. O grau de formação da população chega a 43,42% em 2000 e 56,47% em 2010.

Atualmente a educação no município de Entre Rios do Sul, está concentrada em três escolas municipais: uma de educação infantil e duas de ensino fundamental anos iniciais e finais. Há também uma escola estadual que oferece ensino fundamental aos anos iniciais e finais além do ensino médio. O IDHM na área da Educação apresenta melhoras em relação às crianças e jovens nas séries adequadas à idade, conforme o **Gráfico 4**.

Gráfico 4- IDHM Educação

Fonte: Dados Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pela autora.

Legenda: EFC – Ensino Fundamental Completo

AEF – Anos Finais do Ensino Fundamental

EMC – Ensino Médio Completo

Em 2010 o município conseguiu alcançar a média de 100% de alunos de 5 e 6 anos de idade frequentando a escola. Os demais índices também tiveram um aumento, mas não chegando à totalidade de crianças de 11 a 13 anos e jovens na educação básica⁷⁶. Em 2017, o Ensino Fundamental Regular nos anos iniciais, resulta numa taxa de aprovação de 100% tanto na rede estadual como municipal.

Os índices do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) ficaram em 7,51 pontos na rede estadual e 6,33 nas escolas municipais, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ficou em 7,5 na escola estadual e 6,1 na rede municipal.

No censo realizado pelo IBGE, no ano de 2010, a educação municipal possuía 95 matrículas para a educação infantil, 455 no ensino fundamental e 135 no ensino médio, contando com 12 professores na educação infantil, 37 no fundamental

⁷⁶ Município Entre Rios do Sul. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/entre-rios-do-sul_rs>. Acesso em: 05 maio. 2019.

e 16 docentes no ensino médio. Estes distribuídos em 4 escolas municipais e 1 escola estadual única a oferecer o ensino médio.

Com esse capítulo procurou-se apresentar em forma de dados os aspectos gerais da localidade enquanto Distrito, o processo de emancipação e sua formação após a finalização deste e a criação do novo município, mostrando as mudanças das características da população, da educação e da economia.

4 EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL

Neste capítulo buscou-se tratar da educação estadual e municipal, rural e urbana, dentro do contexto do município de Entre Rios do Sul, onde foi possível constatar que entre as décadas de 1980 e 1990, havia grande número de escolas rurais na rede municipal de ensino. No entanto no corrente ano apenas uma está em funcionamento. A pesquisa apoiou-se nas atas finais das escolas mencionadas no capítulo, com vistas a uma maior credibilidade nas informações e conhecimento de fatos não tão comentados até então.

4.1 A EDUCAÇÃO ESTADUAL

O primeiro relato sobre a educação na cidade de Entre Rios do Sul foi em 30 de março de 1961, com o decreto de nº 12.421 que criava a Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Professora Olides Maria Salvi, localizada na Rua Lucimar Isaias Biesek, centro de Entre Rios do Sul. Em 13 de agosto de 1969, foi reclassificada pelo decreto nº 19.818, reorganizada e denominada pela portaria de nº 27.363 de 29 de maio de 1981.

Em 1968 foi criado pelo Decreto nº 19.113, de 17 de junho de 1968 e portaria de autorização nº 07.305, o Grupo Escolar Barragem do Rio Passo Fundo. Em 1980 houve uma reorganização com sua denominação passando de Grupo para Escola Estadual de 1º Grau Barragem do Rio Passo Fundo, quando esta pôde incluir o atendimento aos alunos da Educação Infantil. Esta instituição escolar situava-se num condomínio residencial do município.

A partir de 15 de janeiro de 1990, com o Decreto Estadual de Transformação nº 33.417, passa a se chamar Escola Estadual de 1º e 2º Graus Barragem do Rio Passo Fundo, neste mesmo ano recebeu autorização para o funcionamento do 1º ano do 2º Grau noturno. Em 1997 o decreto nº 37.647 extinguiu a Escola Estadual Professora Olides Maria Salvi, unificando assim as duas escolas.

Na data de 10 de abril de 2000 foi publicada no Diário Oficial, a portaria nº 00095 alterando mais uma vez o nome da escola, que passou a se chamar Escola Estadual de Educação Básica Barragem do Rio Passo Fundo. Em 2008, a escola

deixou de atender a educação infantil, sendo a partir desta data, responsabilidade do Município.

A escola integra a 15ª Coordenadoria Regional de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme o Regimento Escolar, oferece “educação de qualidade, oportunizando o acesso ao conhecimento, contribuindo para a formação integral do indivíduo frente aos novos desafios da sociedade de forma a alcançar melhor qualidade de vida”⁷⁷.

Continua em funcionamento até os dias atuais, localizada na Rua Lucimar Isaías Biesek (**Fotografia 6**), nº 125, no município de Entre Rios do Sul, possuindo uma área total de 12.172 metros quadrados, atendendo nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. No ano de 2019, contava com 231 alunos matriculados no Ensino Fundamental, Médio e alunos com Necessidades Especiais, tanto da área urbana quanto da área rural.

Fotografia 6 – Escola Estadual de Educação Básica Barragem do Rio Passo Fundo



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

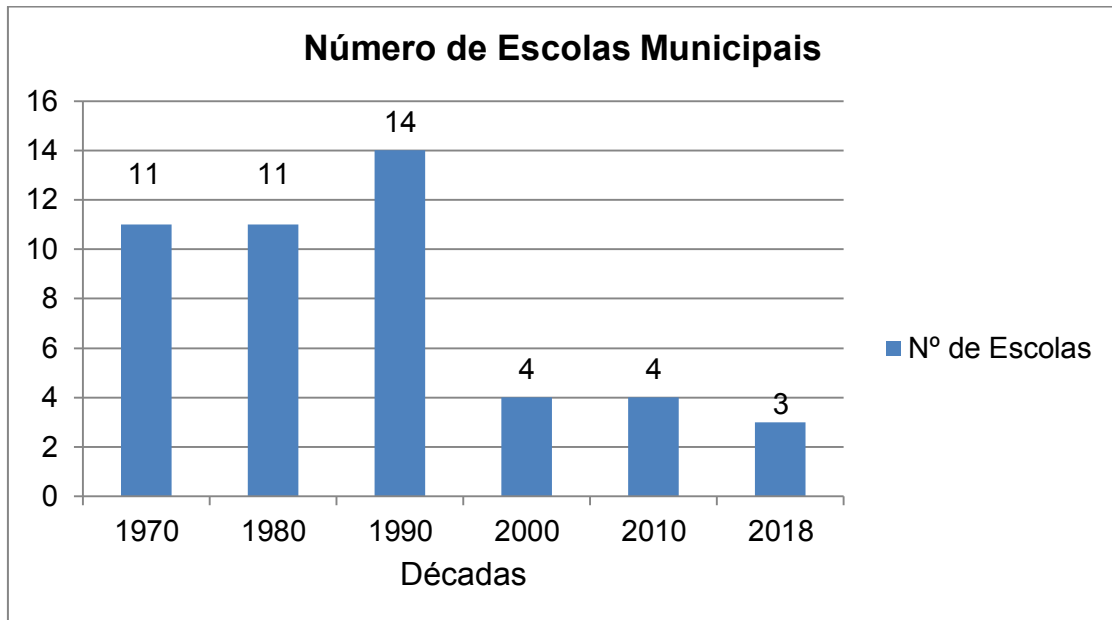
4.2 A EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Os dados mais antigos sobre as escolas municipais datam de 1970, enquanto pertencentes ainda ao município de São Valentim. Neste período a população se concentrava na área rural e totalizavam 11 escolas distribuídas ao longo do território de Vila Alegre. Na década de 1980, o número permaneceu inalterável e na década

⁷⁷ Regimento escolar da E. E. de E. Básica Barragem do Rio Passo Fundo. Entre Rios do Sul. 2017-2019.

de 1990 chegou ao número máximo de escolas, somando-se 14 unidades, todas na área rural, como é possível acompanhar no **Gráfico 5**.

Gráfico 5- Número de Escolas Municipais de 1970 a 2018



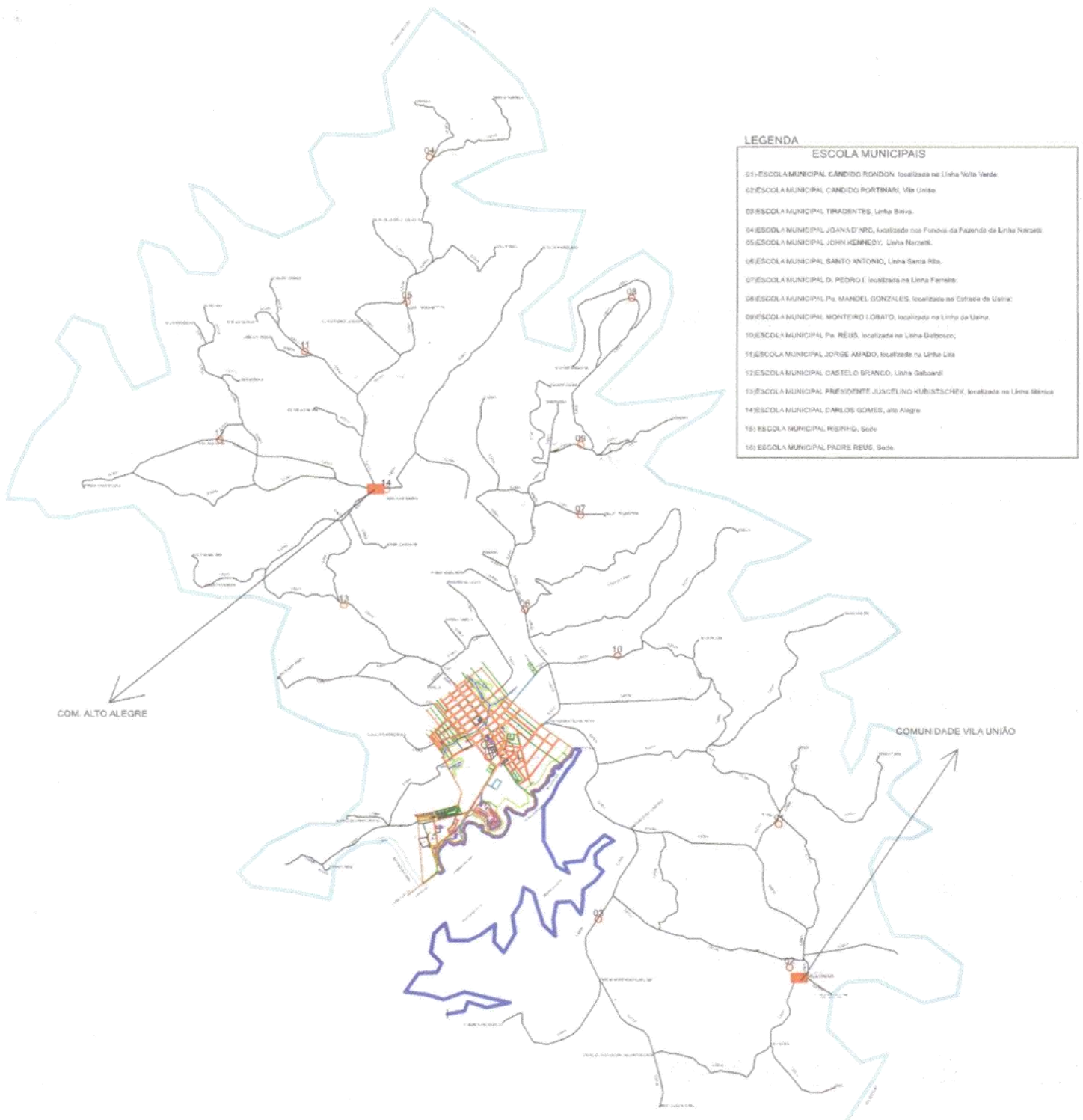
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Secretária Municipal de Educação.

Abaixo estão relacionadas todas as escolas municipais com documentações encontradas desde a década de 1970 até o ano de 2019, juntamente com suas respectivas localizações e datas em que estiveram ativas, além de estarem dispostas na **Fotografia 7**.

- 1- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto John Kennedy, Linha Narzetti, área rural, de 1970 a 1996.
- 2- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Marechal Cândido da Silva Rondon, Linha Volta Amarela/ Linha Dalpupo, área rural, de 1970 a 1995.
- 3- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Dom Pedro I, Linha Ferreira, área rural, de 1971 a 1995.
- 4- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Tiradentes, Linha Campo Bonito, área rural, de 1970 a 1993.

- 5- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Padre Réus, Linha Dalbosco, área rural, 1971 a 1998.
- 6- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Santo Antônio, Linha Santa Rita, área rural, 1992 e 1993.
- 7- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Monteiro Lobato, Linha CT- Estrada da Usina, área rural, 1992 e 1993.
- 8- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Joana D'Arc, Fundos da Fazenda/ Linha Castilhos, área rural, 1973 a 1993.
- 9- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, Linha Gaboardi, área rural, 1970 a 1996.
- 10- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Presidente Jucelino Kubitschek, Linha Barca, área rural, 1972 a 1992.
- 11- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Jorge Amado, Linha Lira, área rural, 1992 e 1993.
- 12- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Padre Manuel Gonzales, Almojarifado- Estrada da Usina/ Linha Confortim, área rural, 1978 a 1993.
- 13- Escola Municipal de Ensino Fundamental Cândido Portinari, Vila União, área rural, 1970 a 2017.
- 14- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Carlos Gomes/ atual: Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Gomes, Alto Alegre, área rural, de 1970 e continua ainda em atuação.
- 15- Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Réus, área urbana, 2002 e ainda em atividade.
- 16- Escola Municipal de Educação Infantil Risinho, área urbana, de 2002 e ainda em atividade.

Fotografia 7 – Escolas Municipais de 1970 até 2019



Fonte: Elaborada pela autora.

4.2.1 Aspectos peculiares das escolas municipais

Os principais materiais utilizados para descobrir aspectos das escolas a tempo inativas foram as atas finais de cada uma, que estão disponíveis na Secretaria da Educação do Município. Neste item pretende-se exemplificar alguns casos representativos da educação municipal.

Em grande parte das escolas rurais na década de 1970 desenvolvia-se um Programa de Saúde, conforme parecer nº 2264/74, além de Preparação para o Trabalho de acordo com a legislação em vigência, Educação Artística integrada com a disciplina de Português, Educação Moral e Cívica integrada com Estudos Sociais. O aluno precisava de nota mínima de 50 pontos para alcançar a aprovação.

A LDB sob o nº 5692/71 de 11 de agosto de 1971, organizava o Sistema Nacional de Ensino incluindo os Programas de Saúde como caráter obrigatório nas escolas. No artigo 7 desta lei encontrava-se: “será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º Graus [...]”⁷⁸.

Na Escola Cândido Portinari, em 1975, esses estudos apresentavam como alguns dos conteúdos em Educação Moral e Cívica, o reconhecimento de que Deus é grande. Nesse mesmo ano, em Religião, estudo sobre o conhecimento da Campanha da Fraternidade, consciência de que Cristo sofreu na sua passagem pela terra, reconhecer o significado da Páscoa e menções sobre o que é escola.

Enquanto escola rural, a Padre Réus estava localizada no lote de nº 133, e com medidas totais de aproximadamente 1600 metros quadrados. Possuía uma sala de aula com 53,85 metros e cozinha de 6,15 metros quadrados. As escolas pertenciam ao Programa de Municipalização do Ensino Fundamental do Município de São Valentim, da 15ª Delegacia Regional da Secretaria da Educação e Cultura, atual Coordenadoria Regional da Educação. Abrangiam os estudos e pontuações nas áreas de Linguagens, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Naturais, Ensino Religioso, Educação Física, Educação Moral e Cívica, Artes.

⁷⁸ BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases: lei número 5692 de 1971**: Artigo 7. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/12123751/artigo-7-da-lei-n-5692-de-11-de-agosto-de-1971>>. Acesso em: 30 maio. 2019.

As atas finais de todas as escolas eram preenchidas pelas professoras e diretoras e abrangiam além do nome do aluno, a idade, a série que estava cursando, o nível de comparecimento, média das revisões mensais, notas das provas finais e médias finais. Rendimento Escolar (Muito Bom, Bom, Regular, Insuficiente), classificação do aluno para o ano seguinte e observações, controlavam também as matrículas gerais, as efetivas, comparecimento nos exames e alunos aprovados e reprovados.

Algumas observações presentes nos cadernos de chamadas despertam a atenção por não serem comuns nos dias de hoje. Em relação aos alunos, entre elas encontram-se: “Falta muito, ótimo aluno, vem fugido dos pais, chora por nada, briga já, vem se quer, super revolucionária, às vezes vem na aula, nem tá, muito pobre, mora longe”, tais palavras e expressões foram retiradas exatamente como se encontravam nos cadernos analisados.

As escolas funcionavam nos turnos da manhã e tarde, e os processos de ensino variavam tanto de escola para escola como de professora para professora. Entre eles foram encontrados: o método italiano, o de setencição, a silabação, o misto, o globalizado, o método em cores e a história da Abelhinha. Atualmente não são mais conhecidos nem utilizados com essa denominação nas escolas. As turmas eram multiseriadas, com os diferentes níveis em apenas uma sala e com uma professora.

Uma das características dessas escolas rurais é a organização da turma em classes multisseriadas. Devido às grandes distâncias entre as propriedades e do baixo número de crianças em cada série, é comum encontrar as que estão em fase de alfabetização estudando com quem já sabe ler e escrever [...] ⁷⁹.

Nos primeiros anos de funcionamento das escolas rurais municipais, foram enfrentados problemas com a permanência das professoras, ou falta delas, para lecionar às turmas. Somente na escola John Kennedy, entre 1970 e 1979, passaram seis professoras diferentes. Permaneciam entre um ou dois anos, e essa mudança

⁷⁹ MADEIRA, Claudemir Pereira. **Da Multisseriação à Nucleação**: a Escola Municipal Alfredo Dias de Cerrito/RS – Décadas de 1980 a 1990. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. Disponível em: <file:///D:/Claudemir_Pereira_Madeira_Dissertacao.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019. p. 53

frequente de educadores se dava pelo difícil acesso. Em determinado período, duas professoras atendiam as turmas de 1ª a 5ª série.

Em 1975, o ofício nº 03 do município de São Valentim, da data de 10 de março de 1975, apresentava a Professora Joana Bodanese como professora da escola Dom Pedro I, expressando também que não havia quantidade de alunos suficiente para abertura de uma turma de 5ª série, e que os candidatos que se apresentassem deveriam frequentar outra escola que oferecesse essa série.

Além deste ano, várias turmas não funcionaram em diferentes datas por falta de alunos, conforme os anos passavam e com o grande êxodo rural, as escolas passaram a não ter quantidade suficiente de estudantes para atuar. Em 1980 não teve turma de 2ª série na Escola Tiradentes bem como a 3ª série no ano de 1981, além de 3ª e 4ª na Escola Manuel Gonzales neste mesmo ano.

Em 1988 e 1989 a Escola Joana D'Arc não teve o funcionamento de nenhuma turma por falta de alunos, assim como a 4ª série da Manuel Gonzales no ano de 1990, acontecendo na maioria das escolas e nos diferentes níveis, até o fechamento de grande parte das escolas rurais. Essa redução do número de alunos nas classes escolares continuou durante a década de 90, e em algumas turmas havia apenas um aluno.

A média de alunos que frequentaram essas escolas de 1970 a 1999, sofreu perceptível alteração. Em 1970, a média total de alunos chegava em 454,72 matriculados nas 11 escolas em atividades. Em 1980, esse número era de 301,09 alunos, onde também somavam-se 11 escolas. Em 1990, a média cai consideravelmente, ficando em 146,35 alunos nas 14 escolas existentes. Apesar de haver pouca demanda de alunos, os percentuais de aprovação aumentaram de maneira satisfatória. Na escola Dom Pedro I, por exemplo, em uma turma de 7 alunos no ano de 1995, todos os 7 terminaram o ano com a aprovação.

As escolas Santo Antônio, Monteiro Lobato e Jorge Amado têm registros de funcionamento somente durante dois anos, 1992 e 1993, fato que diverge com a declaração de uma professora que trabalhou em torno de 4 anos e meio na escola Santo Antônio. Em depoimento afirma que a escola funcionava em um porão de uma

casa local e somente anos depois teve sua sede construída, sendo, possivelmente, essa a explicação para a documentação dos demais anos, não ter sido encontrada.

Já as outras duas escolas, Monteiro Lobato e Jorge Amado, que também têm registros de funcionamento em apenas dois anos, contavam com sede própria. Provavelmente, a abertura das mesmas tenha se dado a pedido da população, pois se tratavam de localidades distantes das demais escolas já existentes. Mesmo com poucos alunos, ganhou existência, porém, talvez houve falta de registros e documentações na época.

Em conversa realizada com uma professora que lecionou durante 13 anos nas escolas rurais do município, 8 anos e meio na Escola Padre Réus e o restante na Santo Antônio, mencionou que para ser professora era preciso ter 17 anos, além do ensino fundamental completo. Eram escolhidas por processos seletivos ou então por indicação. Nesse caso, ela, entrou no lugar de sua irmã.

Segundo a professora, para aperfeiçoamento eram realizados vários cursos relacionados com a alfabetização, além de reuniões mensais no município de São Valentim. Nessas ocasiões era entregue o chamado “comprovante do aluno”, sendo uma espécie de caderno onde era transcrita a matéria diária, cada dia um dos alunos era o responsável por tal.

As turmas eram multisseriadas, geralmente 1ª e 3ª séries e 2ª e 4ª. Para dar conta de todos os alunos e dos conteúdos diferentes, a professora utilizava de revezamentos: enquanto uma turma fazia as atividades que eram transcritas no quadro, a outra realizava atividades dos livros didáticos, que eram distribuídos pelo município. Entre as atividades que as professoras eram encarregadas, além da alfabetização, estavam a realização da limpeza, com ajuda dos alunos, e o preparo merenda. “As experiências demonstram que a convivência das crianças em várias idades, longe de prejudicar o desenvolvimento das mesmas, torna-se enriquecedor pelo contato e assimetria dos conhecimentos de cada uma”⁸⁰.

Conforme o relato da professora para chegar à escola, tanto os alunos como os professores caminhavam cerca de 3 quilômetros, às vezes sendo necessário

⁸⁰ Ibid., p. 54.

dormir na escola pois se localizavam em lugares bem afastados. “Os professores também relatam as deficiências de alimentação, o problema da moradia, pois ou alojavam-se na própria escola ou em casas de pessoas da comunidade [...]”⁸¹.

4.2.2 O Fechamento das escolas

Como já mencionado anteriormente, o maior número de escolas municipais de Entre Rios do Sul foi alcançado no ano de 1990, com 14 estabelecimentos, mas com o número de alunos já diminuindo devido à grande migração da população da zona rural para a urbana, o número de escolas começou a cair consideravelmente.

Alceu Collares, em 1992, apresentou o projeto de nucleação de escolas, com o objetivo de assegurar ao maior número de crianças o acesso a turmas unisseriadas em escolas- núcleos, a princípio, através de melhor estrutura física, de melhores condições didático- pedagógicas e de serviços de apoio a estudantes⁸².

Os registros encontrados sobre o fechamento e unificação das escolas rurais foram bem escassos. Entre eles, localizaram-se algumas atas e também uma lei do município em que os prédios são destinados para outros fins. Conforme as atas analisadas, as reuniões para comunicar aos pais a unificação ocorreram no dia 18 de abril de 1997, primeiro na escola Presidente Castelo Branco e depois na John Kennedy. Abaixo estão transcritas essas duas atas:

Ata nº 2 de 1997

Aos dezoito dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se na Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Presidente Castelo Branco situada na Linha Gaboardi, Município de Entre Rios do Sul, uma reunião com os pais dos anos da 1ª, 2ª e 3ª séries, a mesma teve início as 8:30 horas. Nesta reunião esteve presente a Secretaria de Educação Senhora Maristela Czarnobay, a mesma explicou aos pais sobre a unificação das escolas.

Ata nº 1/97

No dia 18 de abril de mil novecentos e noventa e sete as nove horas e trinta minutos realizou-se mais uma reunião na Escola Municipal de primeiro Grau Incompleto John Kennedy a participação dos círculos de pais e mestres e contou com a presença da Secretária de Educação Sra. Maristela, Jurema e com o vice prefeito Volnei, assuntos a tratar fechamento da escola os alunos a serem transferidos para Alto Alegre e a escola ficaria sede para

⁸¹ STEPHANOU. BASTOS, op. cit., p. 286.

⁸² MADEIRA, op. cit., p. 62

pastoral da saúde com responsabilidade da Sra. Sirley Sansigoli e Nelita de Vale não tendo mais encerra.

O conteúdo dessas atas pouco explica sobre o que de fato aconteceu, qual teria sido a reação dos familiares em relação à unificação, e aos alunos, qual prejuízo traria na troca de uma escola próxima de suas casas para uma mais afastada. No ano do fechamento, os registros apontam uma quantia de 10 alunos na escola Presidente Castelo Branco e 9 alunos na John Kennedy.

Na data de 30 de junho de 1999, a lei municipal nº 781/99, dispõe sobre a permissão para o uso do espaço das escolas municipais desativadas, sendo elas a Cândido Rondon, D. Pedro I, Joana D'Arc, Pe. Manoel Gonzales, Pe. Réus, Presidente Jucelino Kubitschek, Jorge Amado e Monteiro Lobato para os agricultores de cada comunidade para a instalação de secadores de cereais.

Grande parte desses prédios já foram demolidos e transformaram-se em lavouras, apenas dois dos mais antigos continuam erguidos, são as escolas Jorge Amado, na linha Lira (**Fotografia 8**), e a Cândido Rondon, na Linha Volta Verde (**Fotografia 9**).

Fotografia 8 – Escola Municipal Jorge Amado



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Fotografia 9 – Escola Municipal Cândido Rondon.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A partir de 1996, apenas 3 escolas municipais continuaram em funcionamento: a Escola Padre Réus, na Linha Dalbosco; a Escola Carlos Gomes, em Alto Alegre e a Escola Cândido Portinari, na Vila União.

A Escola Padre Réus continuou em atuação na Linha Dalbosco até 1998, quando se encontrava com 21 alunos. Ficou fechada por 4 anos e reabriu em 2002, na área urbana do Município. O caso mais recente de fechamento de uma escola no município de Entre Rios do Sul aconteceu na Escola Municipal de Ensino Fundamental Cândido Portinari, quando seu último ano de funcionamento foi em 2017, com 37 alunos. No dia 03 de maio de 2018 realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária com o Círculo de pais e mestres da escola para tratar da extinção dessa associação.

Como nas atas anteriores nenhum dado é mencionado sobre como teria sido a reação de pais e alunos ao saberem que teriam que mudar de escola. O Decreto Municipal nº 2.432, de 24 de outubro de 2018, decreta a cessação das atividades da escola Cândido Portinari, garantindo vagas para os alunos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Gomes.

A mudança de escola acarretou aos alunos da localidade sair de casa bem mais cedo e o retorno mais tarde, pois a nova escola que passaram a estudar se encontrava mais longe. Mesmo com o transporte disponibilizado, o trajeto maior dificultou o andamento das aulas. Com a cessação a grande estrutura da escola

(**Fotografia 10**), está sem uso no momento pela Secretaria de Educação, tendo em vista que o processo deu-se recentemente e ainda nenhum projeto pareceu satisfatório e necessário à comunidade.

Fotografia 10 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Cândido Portinari



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

4.2.3 Restam apenas três

Das 14 escolas da década de 1990, citadas anteriormente, em 2019 apenas três municipais estão em funcionamento. Na área urbana são duas: uma de educação infantil, Escola Municipal de Educação Infantil Risinho (**Fotografia 11**) atendendo aproximadamente 120 crianças, tendo vaga para turno integral ou só vespertino. Seu espaço está em constante mudança para melhor atender alunos de 6 meses até 6 anos, com equipe completa para merenda, limpeza, monitoria e professores.

Fotografia 11 – Escola Municipal de Educação Infantil Risinho



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Outra escola urbana é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Réus, que atende em torno de 200 alunos do 1º ao 9º ano. Ficou entre 1998 e 2002 sem funcionar, por conta da transição do lugar de atuação da Linha Dalbosco para o centro da cidade. Ocupou o prédio onde desenvolviam-se atividades da Assistência Social do Município. A partir daí, o edifício e o terreno foram lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Trânsito.

Em 2018 tendo finalizada sua nova sede (**Fotografia 12**) passou a receber os alunos em uma estrutura nova, realizada com auxílio do Governo Federal para melhorar o atendimento aos alunos, com acesso a laboratório de informática e ciências, além de amplo refeitório e salas com televisores já instalados para serem utilizados pelos professores.

Fotografia 12 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Réus



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A última escola municipal rural ainda existente está localizada na comunidade de Alto Alegre. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Gomes (**Fotografia 13**), conta atualmente com 35 alunos, no turno da manhã e oferece o programa Mais Educação em turno contrário à aula (à tarde). Está também com risco de ser fechada pela falta de alunos.

Fotografia 13 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Gomes



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A educação no município de Entre Rios do Sul, assim como em todo território nacional, sofreu constante alteração na forma de funcionamento. A diminuição da quantidade de alunos levou ao fechamento e o redimensionamento dos alunos para outras comunidades. É interessante notar também a falta de documentação sobre esse fechamento e sobre a reação dos moradores sobre a mudança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação pode se desenvolver em vários sentidos buscando tanto conduzir ou instruir aos alunos, já com a chegada dos portugueses a escrita e a leitura começaram a ser possíveis para os índios brasileiros. Mesmo assim com novas regras surgindo ao longo dos anos, a possibilidade do estudo para todos foi ficando cada vez mais distante, além de não haver um sistema organizado e centralizado que controlasse esse grupo.

Procurou-se, também, implantar escolas gratuitas, passando para o Estado a responsabilidade como educador. A classe social da família interferiu de forma significativa no acesso à educação, quanto maior o poder aquisitivo, maior a oportunidade de estudo e acesso à universidade. Ao contrário, ter pouco dinheiro significava grande dificuldade nos estudos.

Com o aparecimento de Associações, do Ministério da Educação e Saúde Pública e Constituições, foram aparecendo regras para que a educação fosse em frente. Entre essas ações está o repasse obrigatório de valor estipulado derivado dos impostos da União, dos Estados e dos Municípios.

Atualmente apesar de se ter mais oportunidades, as escolas públicas, em grande maioria, não possuem estrutura adequada para receber os alunos, sem ter os recursos para seu sustento repassados pelos governos responsáveis. No município de Entre Rios do Sul, a educação conta com três escolas municipais: uma na área urbana e outra na rural que oferecem ensino fundamental, além de uma urbana para educação infantil. A rede estadual conta com uma instituição na área urbana, que oferece ensino fundamental e ensino médio.

O poder público não mede esforços para garantir educação de qualidade à população. Prova disto é que em 2010, todas as crianças de 5 e 6 anos estavam frequentando a escola, além de 455 alunos matriculados no ensino fundamental e 135 no ensino médio.

Nas escolas da rede municipal, os primeiros dados são do ano de 1970, com 11 escolas ao longo do território rural e chegando ao número máximo na década de

1990, com 14 unidades. As atas finais analisadas apresentam as dificuldades que as escolas, professoras e alunos enfrentavam para comparecer às aulas, por conta da distância em que essas se encontravam além do grande trabalho que desenvolviam em suas casas, muitas vezes, os impedindo de ir à escola.

A década de 1990, apesar de ser a que teve maior número de escolas, foi também o período em que elas foram fechadas, restando apenas três. Isso se deve pelo grande êxodo rural que aconteceu no município com as famílias saindo da área rural procurando por melhorias na vida para seus filhos.

Apesar de ainda haver uma unidade escolar no território rural, está não prepara os alunos para permanecerem no campo, mas sim, tem um padrão de escola urbana com professores que moram na cidade, e com alunos que saem da área urbana para estudarem nesta. Fator interessante a se analisar, pois a escola não só atende alunos do interior para viverem na cidade, como precisa fazer a mediação entre as crianças e adolescentes dessas duas realidades.

A importância da realização dessa pesquisa encontra-se principalmente no entendimento e conhecimento do município de Entre Rios do Sul, com ênfase na educação municipal, as suas diversas mudanças com o passar das décadas, podendo ser deixada a mostra nas bibliotecas para uso em outras pesquisas futuras, procurando descobrir fatos passados da localidade e que se encontram esquecidos.

REFERÊNCIAS

- ¹ BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A Educação Negada**: Introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 199.
- ² JÚNIOR, Paulo Ghiraldelli. **História da Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 13.
- ³ STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**: Volume III, Século XX. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 258.
- ⁴ Ibid., p. 107.
- ⁵ STEPHANOU. BASTOS, op. cit., p.29.
- ⁶ Ibid., p. 68.
- ⁷ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**: 1930/1973. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 62.
- ⁸ Ibid., p. 262.
- ⁹ SAVIANI, Dermeval et al. **Desenvolvimento e Educação na América Latina**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983. p. 13.
- ¹⁰ Ibid., p. 79.
- ¹¹ STEPHANOU. BASTOS, op. cit., p. 264.
- ¹² ROMANELLI, op. cit., p. 14.
- ¹³ ROMANELLI, op.cit., p. 130.
- ¹⁴ Ibid., p. 130.
- ¹⁵ RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 21. ed. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2010. p. 73.
- ¹⁶ ROMANELLI, op. cit., p. 68.
- ¹⁷ Ibid., p. 49.
- ¹⁸ RIBEIRO, op. cit., p. 84.
- ¹⁹ Ibid., p. 84.
- ²⁰ BUFFA. NOSELLA, op. cit., p. 59.

- ²¹ Ibid., p. 75.
- ²² STEPHANOU. BASTOS, op. cit., p. 31.
- ²³ JÚNIOR, op. cit., p. 43.
- ²⁴ SAVIANI, et al, op. cit., p. 28.
- ²⁵ BUFFA. NOSELLA, op. cit., p. 11-12
- ²⁶ RIBEIRO, op. cit., p. 89.
- ²⁷ JÚNIOR, op. cit., p. 76.
- ²⁸ Ibid., p. 76
- ²⁹ Ibid., p. 73.
- ³⁰ STEPHANOU. BASTOS, op. cit., p. 23.
- ³¹ RIBEIRO, op. cit., 98.
- ³² Ibid., p. 79.
- ³³ SAVIANI, et al, op. cit., p. 64.
- ³⁴ Ibid., p. 72.
- ³⁵ JÚNIOR, op. cit., p. 79.
- ³⁶ STEPHANOU. BASTOS, op. cit., p. 44
- ³⁷ Ibid., p 141.
- ³⁸ ROMANELLI, op. cit., p. 68 e 75.
- ³⁹ Ibid., p.79
- ⁴⁰ STEPHANOU. BASTOS, op. cit., p. 32.
- ⁴¹ JÚNIOR, op. cit., p. 84.
- ⁴² ROMANELLI, op. cit., p. 65
- ⁴³ Ibid., p. 175.
- ⁴⁴ RIBEIRO, op. cit., p. 82

⁴⁵ JÚNIOR, op. cit., p.90

⁴⁶ LIMA, José Fernandes de (org). **Educação Municipal de Qualidade: Princípios de Gestão Estratégica para Secretários e Equipes**. São Paulo: Moderna, 2014. p. 19.

⁴⁷ JÚNIOR, op. cit., p.98.

⁴⁸ ROMANELLI, op. cit., p. 190.

⁴⁹ STEPHANOU. BASTOS, op. cit. p. 270.

⁵⁰ ROMANELLI, op. cit., p.86.

⁵¹ Ibid., p. 63

⁵² ROMANELLI. op. cit., p. 267.

⁵³ Ibid., p. 99

⁵⁴ BORGES, Marisa. **A Política Educacional nos anos de 1980 e 1990: Qual a proposta de democratização da gestão escolar?** 2012. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/2714/1935>>. Acesso em: 05 set. 2019.

⁵⁵ JÚNIOR, op. cit., p. 120

⁵⁶ ROMANELLI, op. cit., p. 268.

⁵⁷ PINHEIRO, Camila Mendes; RI, Neusa Maria dal. **Democratização da Educação na década de 1980: O Fórum de Educação na Constituinte e a IV Conferência Brasileira de Educação**. 1986. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/8/artigo_simposio_8_749_mila_pinheiro_@hotmail.com.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

⁵⁸ Ibid., p.10

⁵⁹ SANTOS, José Douglas Alves dos; MELO, Aísha Kaderrah Dantas; LUCIMI, Marizete. Uma Breve Reflexão Retrospectiva da Educação Brasileira (1960-2000): Implicações Contemporâneas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 4, 2012, João Pessoa. **Anais Eletrônicos**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. p. 4352 - 4366. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.23.pdf>. Acesso em: 5 set. 2019.

⁶⁰ KRAWCZYK, Nora. CAMPOS, Maria. HADDAD, Sérgio (orgs). **O Cenário Educacional Latino-americano no limiar do Século XXI: Reforma em Debate**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. p. 96

⁶¹ Ibid. p. 3

⁶² Ibid., p. 118.

⁶³ SANTOS. MELO. LUCIMI, op. cit., p. 4359.

⁶⁴ Ibid., p. 4359

⁶⁵ KRAWCZYK. CAMPOS. HADDAD, op. cit., p.97

⁶⁶ Município: Histórico. **Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul**. Disponível em: <www.entreriosdosul.rs.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2019.

⁶⁷ Suspensa a apuração do Plebiscito em Vila Alegre. **A Voz da Serra**, Erechim. n. 69, 27 jul. 1965.

⁶⁸ Vila Alegre continuará em São Valentim. **A Voz da Serra**, Erechim, n. 71, 04 ago. 1965.

⁶⁹ CASALLI, Jairo Antônio. **Passo Fundo**, o rio que virou lago. Passo Fundo: Berthier, 2009. p. 236.

⁷⁰ Características Gerais da Hidrelétrica. **A Voz da Serra**, Erechim, n. 128, 31 ago. 1969.

⁷¹ ENTRE RIOS DO SUL. **Usina Hidrelétrica do Rio Passo Fundo**. Disponível em: <www.engie.com.br/complexo-gerador/usinas/usina-hidreletrica-passo-fundo>. Acesso em: 25 mar. 2019.

⁷² ENTRE RIOS DO SUL. Associação Comunitária de Vila Alegre. **Estatuto Social Constitutivo da Associação de Desenvolvimento Comunitário**. São Valentim, [s.n], 1988.

⁷³ LORENZETTI, Maia Silva Barros. **Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios**. Brasília: Consultoria Legislativa, 2003. p. 3.

⁷⁴ CIOGLINI, Adilar Antonio. CACHATORI, Tiago Luiz. **Análise do processo de criação de municípios no Brasil**. In: Coloquio Internacional de Geocrítica. 12, 2012. Bogotá. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/11-A-Ciogolini.pdf> >. Acesso em: 20 de abril de 2019.

⁷⁵ Portal de Legislação de Entre Rios do Sul/RS. Lei Municipal nº 1.036, de 13 de março de 2004. **Autoriza a Oficialização da Letra e Música do Hino do Município**. Disponível em: <<https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7471&cdDiploma=20041036&NroLei=1.036&Word=&Word2=>> . Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

⁷⁶ Município Entre Rios do Sul. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/entre-rios-do-sul_rs>. Acesso em: 05 maio. 2019.

⁷⁷ Regimento escolar da E. E. de E. Básica Barragem do Rio Passo Fundo. Entre Rios do Sul. 2017-2019.

⁷⁸ BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases: lei número 5692 de 1971**: Artigo 7. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/12123751/artigo-7-da-lei-n-5692-de-11-de-agosto-de-1971>>. Acesso em: 30 maio. 2019.

⁷⁹ MADEIRA, Claudemir Pereira. **Da Multisseriação à Nucleação**: a Escola Municipal Alfredo Dias de Cerrito/RS – Décadas de 1980 a 1990. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. Disponível em: <file:///D:/Claudemir_Pereira_Madeira_Dissertacao.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019. p. 53

⁸⁰ Ibid., p. 54.

⁸¹ STEPHANOU. BASTOS, op. cit., p. 286.

⁸² MADEIRA, op. cit., p. 62